

Percurso pela Alfama Arqueológica

Maria Inês de Brito Câmara Noivo

**Trabalho de Projecto de Mestrado em
Práticas Culturais para Municípios**

Maria Inês de Brito Câmara Noivo

Percurso pela Alfama Arqueológica

2010

Março. 2010



Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios realizado sob a orientação científica de: Professor Doutor António Camões Gouveia e Dr^a Manuela Lima Leitão.

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de Março de 2010

A concretização deste trabalho só foi possível devido a uma série de pessoas que, directa ou indirectamente, me ajudaram na sua realização. A todos eles, o meu muito obrigado.

Aos meus orientadores, o Professor Doutor António Camões Gouveia e a Dr^a Manuela Leitão, que não se limitaram à formalidade dos seus papéis, orientaram-me e nunca me negaram ajuda. Todo o mérito que porventura constar deste trabalho é, em boa medida, seu estando isentos das partes menos conseguidas.

À Dr.^a Maria José Albuquerque, Museu Nacional de Arqueologia, e à Dr.^a Edite Alberto, Museu da Cidade, que me receberam e comigo partilharam a sua experiência. Esta experiência traduziu-se em inspiração para este projecto.

À Dr.^a Lídia Fernandes e ao Dr. Vasco Leitão, Museu da Cidade, que me revelaram os seus conhecimentos. Sem eles muita informação permaneceria oculta.

Aos professores Luís Gonçalves e Rita Leonardo que responderam às minhas questões intermináveis.

Ao Museu da Cidade pela cedência de imagens.

À equipa do Restaurante *Pátio de Alfama* pela sua disponibilidade.

A toda a equipa do Castelo de S. Jorge, colegas e amigos, que compreenderam os meus momentos de ausência, sempre me apoiaram e sempre me ajudaram em tudo o que lhes foi possível.

A todos os amigos e a toda a família que não me deixaram desistir.

À Ana Maria, à minha mãe e ao José, ao meu pai e à Cristina e ao meu irmão Manuel pelas horas que passaram com a Luísa para que eu pudesse trabalhar.

Aos meus pais que cedo me deram a conhecer castelos, ruínas e museus. E nunca questionaram as minhas escolhas.

Ao Rodrigo, companheiro deste projecto do início ao fim. O seu apoio incondicional e auxílio tornaram o final desta etapa possível.

Lisboa, 30 de Março, 2010.

RESUMO

TRABALHO DE PROJECTO

Maria Inês de Brito Câmara Noivo

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Arqueologia Urbana; Museu; Serviço Educativo; Visita de Estudo; Educação Patrimonial; Escola.

O tema central deste trabalho de projecto é contribuir para o conhecimento da importância da Arqueologia em Lisboa numa vertente educacional.

Optou-se pela Arqueologia porque encerra grande complexidade e exigência na montagem de discursos expositivos e de divulgação, e porque claramente não potencia em Lisboa os recursos que gera.

Elegeu-se um público muito específico, o do Ensino Básico, 1º Ciclo, 3º e 4º anos, porque se trata de um destinatário deficitário em termos de oferta de actividades na área do património e da Arqueologia em Lisboa.

Com base no conceito de “Arqueologia Urbana”, enquanto subdisciplina, procura-se abordar sinteticamente a prática arqueológica na capital, e caracteriza-se um dos seus maiores interventores, o Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, entidade municipal.

Sendo Alfama um dos principais bairros históricos, encerra atributos singulares, enquadrando-se aqui a sua caracterização sociológica e as implicações que podem advir para o trabalho presente. Local com diversas pluralidades e enorme carga histórica, cingimo-nos às freguesias que fazem parte dos nossos pontos de paragem de visita, Sé e São Miguel.

Propõe-se uma visita de estudo que contempla três soluções distintas de integração urbana de estruturas arqueológicas de Alfama, conjuntamente com as acções de preparação e exploração dos conteúdos. Os pontos a visitar interligam-se através da

descoberta do próprio percurso, potencialmente adaptável à inclusão no futuro de locais novos e/ou alternativos.

Pretende-se, desta forma, contribuir para estabelecer a relação Escola-Museu como entidades complementares na promoção do objectivo curricular «educação patrimonial».

ABSTRACT

PROJECT WORK

KEYWORDS: Archaeology, Urban Archaeology; Museum; Museum Education Service; School Visit; Heritage Education; School.

The main intention of this work-project is to put in value Lisbon's archaeology, in an educational perspective.

The option for Archaeology is due to the complexity and difficulties in displaying its results to the public and, in the particular case of Lisbon, because of the insufficient post-excavation exploitation of the data provided.

On the other hand, the choice as public for the 3rd and 4th grades of Primary School is justified by the lack of offer of educational activities in terms of archaeological heritage in town.

Departing from the concept of Urban Archaeology as a disciplinary domain, its praxis in the Portuguese capital is summarily considered, as well as the archaeological service of Museu da Cidade (city museum), the main promoter of archaeological excavations in town.

One of the main historical quarters of Lisbon is Alfama, which has particularities. Its social composition was accounted for, especially in what concerns to the present project proposal. Made of very distinctive and plural attributes, only the Sé and S.Miguel areas were treated, as they include the sites to visit.

The proposition made is a guided visit to three different ways of treat archaeological sites in the town, providing the data for the preparation and the afterwork exploitation of their contents. The three places are connected to the discovery of the pathway, and are open to future inclusion of new other or alternative sites.

In such a way, is intended to contribute to the relation School-Museum as complementary partners in the fulfilment of curricular objective «heritage education».

Índice

- I. Introdução
 - II. Arqueologia Urbana
 - 2.1. Arqueologia em Lisboa
 - 2.2. Museu da Cidade e Serviço de Arqueologia
 - III. Caracterização do espaço
 - 3.1. Singularidades dos Bairros Históricos de Lisboa
 - 3.2. As freguesias da Sé e São Miguel
 - IV. Visita de Estudo
 - 4.1. O Público
 - 4.2. Educação Patrimonial: disciplina de Estudo do Meio
 - 4.3. Preparação e Exploração dos conteúdos da visita: antes e depois
 - 4.3.1. O Museu
 - 4.3.2. Preparação da Visita de Estudo
 - 4.3.3. Exploração da Visita de Estudo
 - V. Visita Orientada à Arqueologia em Alfama
 - 5.1. Pontos da Visita
 - 5.2. Percurso e discursos
 - 5.2.1. Estruturação da visita
 - 5.3. Descrição sumária das intervenções arqueológicas
- Conclusões
- Bibliografia
- Anexos

Lista de Abreviaturas

- APOM – Associação Portuguesa de Museologia
- CML – Câmara Municipal de Lisboa
- DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
- DMRU – Direcção Municipal de Reabilitação Urbana
- GLACC – Gabinete Local de Alfama e Colina do Castelo
- ICOMOS – International Council on Monuments and Sites/Conseil International des Monuments et des Sites
- IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
- IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
- MNA – Museu Nacional de Arqueologia
- OAC – Observatório das Actividades Culturais
- PDM – Plano Director Municipal
- RPM – Rede Portuguesa de Museus
- SAMC – Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

I. Introdução

O tema central deste trabalho de projecto é a proposta de um percurso arqueológico em Alfama para o Ensino Básico, Primeiro Ciclo, 3º e 4º ano. As questões que da centralidade do tema emergem passam pelo estudo do espaço, do público, dos intervenientes na acção, da logística que envolve a saída de alunos de professores do espaço físico da Escola.

A opção do tema prende-se com múltiplas razões. De carácter pessoal, pela ligação emotiva à Arqueologia que foi interrompida academicamente para nos lançarmos em outros voos. Profissionalmente, o caminho envereda pelos museus e serviços educativos: a ponte estabelece-se aqui.

Com este projecto pretendemos, também, contribuir para valorizar a Arqueologia dentro do Município, na relação que a disciplina estabelece com o público. Promover um trabalho que é, não raras vezes, perdido depois de terminado.

A “Convenção Europeia do Património Arqueológico”¹ estabelece, no seu artigo 9º, a obrigação das autoridades públicas promoverem a divulgação da importância do património arqueológico, como meio de justificar socialmente os seus custos e de, ao mesmo tempo, valorizarem um recurso que é importante não apenas para a comunidade local mas, também, como recurso económico conectado com a importância crescente do turismo cultural².

A Arqueologia em meio urbano assume-se assim como um elemento fundamental para a planificação da cidade, e para a qualidade da formatação e desenho

¹ Cf.: BALLESTER, José Maria (dir.) – *The Council of Europe and Cultural Heritage 1954-2000*, Strasbourg, Conselho da Europa, Cultural Heritage, 2001, pp. 338-340.

² *Ibidem*.

dessa mesma cidade³. Nesse sentido, o que se trata não é o cristalizar da entidade urbana, mas o enriquecer a sua identidade, mostrando a diversidade cultural, social e económica do seu tecido no passado. De facto, quando nos referimos à Arqueologia em Lisboa, estamos a tratar não da cidade do passado mas a desenhar a cidade do futuro, que deverá mostrar toda a plenitude da sua riqueza histórica própria.

No processo urbano de construção, tendo em vista o objectivo comum de uma cidade de qualidade, desejavelmente deverão participar e colaborar estreitamente autoridades, planificadores, promotores, arquitectos, urbanistas e arqueólogos. E, acrescentam-se os responsáveis pela transmissão da mensagem ao público (museólogos, guias, escritores, serviços educativos, ...), como um dos veículos de transmissão pública, de conexão entre os públicos e os locais com arqueologia.

O texto apresenta-se dividido em quatro partes. A primeira centra-se na Arqueologia Urbana e as suas implicações para Lisboa e para os intervenientes da disciplina; a segunda, na caracterização do espaço onde actuamos; a terceira, na análise da visita de estudo, de quem a faz e as relações entre a Escola e o Museu. Finalmente, o último ponto contém a descrição do percurso proposto e as linhas que o orientam. Um percurso que não é fechado, que estará sempre aberto a actualizações, pois essa é uma das valências da Arqueologia.

Com a análise que é feita ao longo dos capítulos, pretende-se que este trabalho de projecto seja um contributo numa interacção entre todos os intervenientes deste processo.

³ Ibidem.

II. Arqueologia Urbana

Nos anos setenta do século XX, pelo meio arqueológico Europeu, surge a subdisciplina de “Arqueologia Urbana”. Igualmente em Portugal, discutia-se, nas décadas de setenta, oitenta e noventa, o conceito, os objectivos, os métodos, os modelos, e a regulamentação jurídica da Arqueologia Urbana⁴.

Em 1985 dá-se o I Encontro de Arqueologia Urbana (Setúbal)⁵ onde o termo é amplamente discutido, tentando-se estabelecer fronteiras definidas entre *Intervenções Arqueológicas Urbanas* e *Arqueologia Urbana* e restringindo esta última ao estudo das cidades vivas. Em 1992, no II Encontro de Arqueologia Urbana (Braga), as “definições puras” que se discutiam sete anos antes estavam já ultrapassadas e a Arqueologia Urbana destacava-se como área autónoma no quadro da Arqueologia⁶.

“De facto, o conceito surge, com frequência aplicado a realidades diferentes”⁷: de forma literal como Arqueologia das cidades – vivas ou mortas (recuperando a

⁴ Cf. LEMOS, Francisco de Sande, 2006, “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Arqueológica*, vol. 1, pp. 15-21.

⁵ AAVV, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/ Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986.

⁶ “Parece-me pacífico dizer que Arqueologia Urbana e Arqueologia das cidades antigas, romanas ou medievais, não são sinónimos. Se os termos fossem equivalentes, teríamos de considerar como Arqueologia Urbana as escavações de Conímbriga, Miróbriga, ou Tróia (...) Definem-se estes como actividades arqueológicas realizadas em sítios no presente ocupados por aglomerados urbanos” ALARCÃO, Jorge, “Arqueologia das Cidades”, in *Encontro de Arqueologia Urbana – Braga*, Braga, Bracara Augusta, 1994, pp. 59-60.

⁷ LEMOS, Francisco de Sande, “O Conceito de Arqueologia Urbana”, in *Colecção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana.*, Lisboa, URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, p. 96.

expressão do século XIX *ciudades mortas*⁸); de forma mais ampla como a Arqueologia realizada nas cidades actuais; de forma “ortodoxa”⁹, como Arqueologia das cidades históricas.

Francisco de Sande Lemos vai mais além na discussão, distinguindo a “Arqueologia Urbana (da cidade) e Arqueologia em Meio Urbano (na cidade)”¹⁰. A distinção conceptual pretende que a “ (...) Arqueologia Urbana não seja uma intervenção caótica, com múltiplas equipas em campo, com técnicas distintas e sem uma direcção científica continuada, é indispensável que consideremos a cidade como um arqueossítio único”¹¹.

Para além das discussões do conceito, a Arqueologia que é feita nas cidades levanta outras questões como “ (...) o mito popular, o «receio» totalmente infundado, mas largamente disseminado entre promotores de obras ou proprietários, de que um achado arqueológico inesperado desde logo inviabiliza qualquer projecto ou obriga a medidas excepcionais de conservação e musealização”¹². Pelo contrário, segundo a opinião de António Marques, arqueólogo do SAMC, *se não houvesse construção civil não havia arqueologia em Lisboa; o objectivo não é inviabilizar as construções, pelo contrário, é permiti-las*.

As intervenções arqueológicas de carácter urbano têm como objectivos identificar, registar e interpretar, pois mesmo a preservação/exibição de vestígios arqueológicos não é o fim da actividade arqueológica no local. A abertura do local intervencionado ao público, conjuntamente com o projecto que fez a intervenção

⁸ Jorge Alarcão refere o conceito de *ciudades mortas* na sua comunicação *Arqueologia nas cidades*: “Parece-me pacífico dizer que a Arqueologia urbana e a Arqueologia das cidades antigas, romanas ou medievais, não são sinónimos. Se os termos fossem equivalentes, teríamos de considerar como Arqueologia urbana as escavações de Conímbriga, Miróbriga ou Tróia, sítios hoje desertos ou, para recuperar uma expressão do século XIX, *ciudades mortas*.” ALARCÃO, Jorge, “Arqueologia nas cidades” in *Actas do Encontro de Arqueologia Urbana – Braga, Bracara Augusta*, Braga, Câmara Municipal de Braga, p. 59.

⁹ LEMOS, Francisco de Sande, “O Conceito de Arqueologia Urbana”, in *Colecção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana.*, Lisboa, URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, p. 96.

¹⁰ Idem, p. 99.

¹¹ Ibidem.

¹² SILVA, António Manuel, “A Memória Imposta”, in *Colecção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana.*, Lisboa, URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, p. 85. Como o próprio autor refere no seu artigo, a Lei do Património em vigor parte do princípio “conservação pelo registo”: “Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico.” Lei nº107/2001, de 8 de Setembro, Artº 75º – 1.

arqueológica avançar, desfazendo o *mito* que há pouco citámos, é uma realidade. Não constante, é certo, mas que tem vindo a aumentar, com uma crescente vontade de proprietários e promotores, procurando responder a uma crescente vontade do público.

2.1. Arqueologia em Lisboa¹³

"Em Lisboa, onde a ocupação do núcleo histórico urbano é contínua ao longo de mais de 2500 anos, a Arqueologia Urbana reúne condições ideais para contribuir, de forma determinante, para o conhecimento do passado"¹⁴.

Com os Humanistas quinhentistas inicia-se o interesse pelo passado remoto lisboeta, mais centrado nos documentos epigráficos, utilizados como instrumentos do discurso enobecedor da cidade. Este interesse aumenta no século XVIII, com o achado na Rua das Pedras Negras de um suposto templo, em 1749, e intensifica-se após a destruição de Lisboa com o Terramoto de 1755 e sequente reconstrução pombalina da cidade. São, nesta altura, identificados e deliberadamente exumados alguns edifícios públicos Romanos: as Termas dos Cássios em 1770, o criptopórtico da Rua da Prata em 1773 e o Teatro em 1789¹⁵.

A primeira intervenção arqueológica moderna só chegaria em 1960, sob a tutela de Irisalva Moita, na Praça da Figueira, depois de identificadas as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, na sequência das obras do Metropolitano de Lisboa, Estação do Rossio.

Até aos anos 90 (século XX) a actividade arqueológica em Lisboa tinha um carácter pontual e, só nesta altura, a um ritmo sempre crescente, é que se verificam sistematicamente intervenções de emergência ou salvamento, de prevenção ou mesmo de investigação científica.

¹³ Cf.: BUGALHÃO, Jacinta – "Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança" in *Era Arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº8, Fevereiro 2008, pp. 218-230.

¹⁴ Idem, p. 218.

¹⁵ Um bom repertório do ritmo e cronologia dos estudos antiquaristas é o proporcionado em A.Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo – Subsídios para a história da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944. A construção referida e identificada como criptopórtico, foi, à data da sua descoberta, designada como termas. Ver: RIBEIRO, José Cardim, "*Felicitas Iulia Olisipo*" in *Al-madan*, II série, nº3, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95; FABIÃO, Carlos, "O criptopórtico da Rua da Prata", in *Lisboa Subterrânea* Lisboa, Lisboa '94/ Electa, 1994, pp.69-70.

Jacinta Bugalhão, referindo-se aos catorze anos anteriores a 1995, registou um aumento significativo no âmbito da intervenção arqueológica na cidade das intervenções arqueológicas de acompanhamento. Igualmente desde esta data, verificaram-se alterações ao nível dos protagonistas da Arqueologia na cidade de Lisboa. Até então, a maioria dos trabalhos era desenvolvido pelos serviços da Administração Pública Central; desde 1995 que se nota uma diminuição significativa da actividade desenvolvida por estes organismos, em paralelo com um aumento crescente dos trabalhos efectuados pelos serviços municipais de Arqueologia. Verifica-se, também, um aumento das intervenções sob a tutela das empresas privadas de arqueologia. Segundo Jacinta Bugalhão, esta é a questão de quem intervém e de quem deve intervir.

Referindo-se à cidade de Lisboa (após ter avançado com bons exemplos da prática de Arqueologia Urbana, como Braga), Francisco de Sande Lemos apelida Lisboa de “cidade mártir”¹⁶. Salva-guarda, porém, a possibilidade de conhecimento dos núcleos urbanos de Lisboa. Jacinta Bugalhão, por seu turno, apela a mais conhecimento dos munícipes.

Outra questão, levantada relativamente ao serviço municipal de Arqueologia que funciona no Museu da Cidade, é a escassez dos meios de gestão, intervenção e acompanhamento ao seu dispor – “serão os serviços municipais a assumir, obrigatoriamente, um papel mais interventivo, nomeadamente no que se refere à gestão da informação arqueológica da cidade (...) e no apoio aos arqueólogos e investigadores que trabalham na cidade”¹⁷.

2.2. Museu da Cidade e Serviço de Arqueologia¹⁸

Desde o início do século XX existia a vontade camarária de criar um Museu Histórico-Municipal, sob influência da Europa oitocentista na dimensão de valorização

¹⁶ Francisco de Sande Lemos refere: “Há, no entanto, muitas situações desastradas, das quais a mais calamitosa é a de Lisboa, cidade mártir. Apesar de tudo julgo que ainda é viável salvar o conhecimento sobre a história dos núcleos urbanos de Portugal (mesmo em Lisboa).”, “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Arqueológica*, vol. 1, 2006, pp. 15-21

¹⁷ Idem, p. 228. No mesmo sentido, já antes o alertara Carlos Fabião no seu artigo “Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, in *Penélope- Fazer e desfazer a História*, n.º 13, 1994, pp. 147-162

¹⁸ Cf. LEITÃO, Manuela – “Museu da Cidade na Arqueologia de Lisboa” in *Al madan. Arqueologia Património e História Local*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº3, Julho 1994.

do património local¹⁹. É em 1909 que data a primeira proposta de criação de um museu de cidade em Lisboa, apresentada pelo vereador Tomás Cabreira e “assumiu a presidência de uma Comissão Directora, formada em Maio de 1910 e constituída por D. José Pessanha, membro da Academia de Belas Artes, por Gabriel Pereira, sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses e por Eduardo Freire de Oliveira, funcionário do Arquivo Municipal.”²⁰

Em 1922, coincidindo com o Congresso Nacional Municipalista²¹, é inaugurado o Museu da Cidade no Convento do Carmo. Na data da sua inauguração já existia a consciência do carácter temporário deste local, o que obrigava à apresentação de novas propostas²². Assim abre ao público em 1931, no Palácio das Galveias, um Museu Municipal onde a filosofia era realizar exposições temporárias e temáticas. Contrariando esta tendência, em 1942 dá-se a transferência do Museu da Cidade para o Palácio da Mitra onde a colecção permanente apresentaria uma sequência cronológica e global²³.

O Palácio Pimenta, ou Palácio Galvão Mexia, edifício setecentista localizado no Campo Grande, torna-se a última morada do Museu da Cidade desde 1962. No entanto, só em 1979, após grandes e sucessivas obras de reabilitação, abre ao público a primeira área de exposição dedicada à Lisboa Barroca e Oitocentista. Até aos dias de hoje o Museu foi alargando a sua exposição que vai desde a Pré-história até à "Sala da República". Para além disso, o Palácio conserva algumas estruturas de origem, tais como a cozinha, sala de jogos, capela, quarto, bem como os jardins onde foram instaladas estruturas para acolher exposições de carácter temporário.

¹⁹ “Os alicerces do Museu da Cidade de Lisboa, encontramos-os nas primeiras propostas camarárias para a criação de um museu municipal histórico, à semelhança do que se ia desenvolvendo noutras capitais europeias desde finais do século XIX e por influência da tendência emergente na Europa que visava uma valorização do património local.” INÁCIO, Cláudia, *Os Museus de Cidade em Portugal. O Museu da Cidade de Lisboa – estudo de caso*. Universidade de Évora, Departamento de História, Junho 2002, p. 34.

²⁰ Idem, p. 36. “No entanto, durante a década seguinte, foram raras as tentativas de concretização daqueles propósitos [a Comissão Directora tinha o propósito de reunir objectos relevantes para a história de Lisboa através de depósito, empréstimo ou aquisição da população da cidade] merecendo apenas referência a proposta de Nunes Loureiro que, em 1911, sugeria a instalação temporária do museu num espaço anexo à Igreja de Santo António.” Ibidem.

²¹ Referimo-nos ao terceiro Congresso Nacional Municipalista que se realiza em Lisboa em Junho de 1922. Tinha por objectivo, imbuído de espírito republicano, criar um municipalismo apartidário e descentralizado. Cf.: AMARAL, João Eloy Ferreira do (dir.), *Congresso Nacional Municipalista de 1922 – preliminares, teses, actas das sessões; congressos provinciais; documentos e apreciações da imprensa*, Lisboa, Oficinas Gráficas d’O Rebate, 1923

²² Cf.: INÁCIO, Cláudia, *Os Museus de Cidade em Portugal. O Museu da Cidade de Lisboa – estudo de caso*. Universidade de Évora, Departamento de História, Junho 2002, p. 37

²³ *Guia do Museu da Cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942

Com a responsabilidade de preservar/dar a conhecer a História da Cidade de Lisboa, esta instituição pertencente à Câmara Municipal de Lisboa teve sempre uma preocupação de alerta constante em relação a todas as intervenções de salvamento realizadas na área de Lisboa, no domínio da arqueologia e recolha de materiais diversificados e da salvaguarda do património.

Com as primeiras escavações de carácter urbano (Irisalva Moita, em 1960) enriquece-se o espólio do Museu da Cidade bem como o conhecimento desta área. No entanto, só em 1996 é criado o Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (SAMC) “ (...) com o objectivo de promover a salvaguarda, protecção, valorização, divulgação e estudo do património arqueológico da cidade e do território do município”²⁴.

Desde 2001, as intervenções arqueológicas no bairro de Alfama realizam-se, sobretudo, no acompanhamento de obras promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa.

Destes, e de outros trabalhos já realizados no âmbito do estudo, o SAMC tem em curso o “Projecto Integrado de Estudo e Valorização da Cerca Velha de Lisboa”²⁵.

Partindo da obra de A. Vieira da Silva²⁶ pretende-se, sobretudo, aferir a evolução cronológica e os traçados que a muralha assumiu ao longo dos tempos, articulada com a estruturação da malha urbana da cidade de Lisboa. O projecto contempla também acções de conservação e restauro destinadas a reabilitar e a integrar este monumento, permitindo a sua fruição pública.

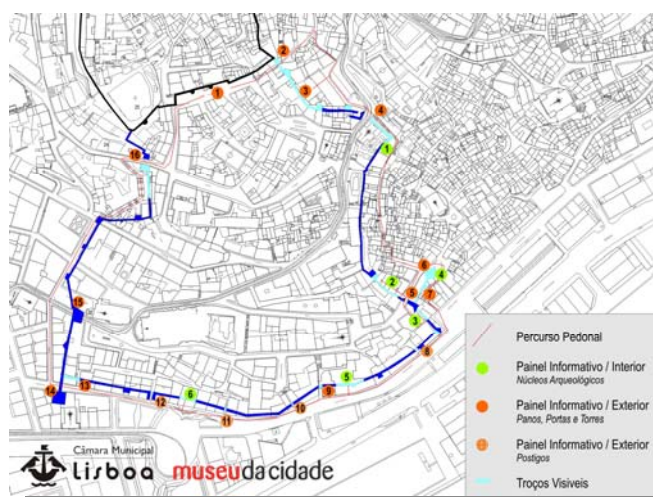


Imagem I

Projecto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa: Proposta de percurso com localização de sinalética e núcleos arqueológicos previstos.

Museu da Cidade, CML

²⁴ www.museudacidade.pt [acedido em 28.Março.2010]

²⁵ A denominação comum “Cerca Moura”, advém das mais antigas descrições do sistema defensivo da cidade remontarem ao século XI, data de ocupação muçulmana na cidade. Os trabalhos arqueológicos mais recentes vieram provar que alguns dos seus alinhamentos remontam ao período Romano. Foi, até ao século XIV, a única estrutura defensiva que percorria toda a cidade. Foi classificada como Monumento Nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910, com a designação de *Castelo de S. Jorge e restos das cercas de Lisboa*.

²⁶ O estudo de A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, é publicado pela primeira vez em 1899. SILVA, A. Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1899.

Para o efeito, está prevista a criação de um circuito pedonal com sinalética informativa e de orientação ao longo do traçado da “Cerca Velha”, assim como a instalação de pequenos núcleos arqueológicos e de um Centro Interpretativo sobre as muralhas de Lisboa²⁷.

III. Caracterização do espaço.

Os Bairros Históricos de Lisboa têm peculiaridades únicas. Há uma imagem frequente de identificação destes locais como espaços de abandono, sítios de população envelhecida, locais votados ao abandono pela população e pelos poderes públicos. Paralela a esta imagem de degradação, encontramos a ideia de sítios que preservam a memória, a “cultura popular” – o Fado, as Marchas Populares, as Festas Religiosas – que atrai ao local os turistas que visitam a cidade, pois encontram-se cartografados nos roteiros. José Luís de Matos refere-se a Alfama como «bairro popular», “ (...) designação aplicável a conjuntos urbanos que se configuram exteriormente como entidades individualizadas e quase autónomas (...)”²⁸.

No entanto, de acordo com Cristina Santos Silva no seu estudo sobre Alfama, “ (...) quando iniciei a minha actividade sociológica no âmbito de reabilitação urbana, foi, pelo contrário, um local de intensa dinâmica social, onde todos os actores sociais conjugavam os seus esforços no sentido de devolverem ao bairro de Alfama a sua dignidade e a sua vivência características, através da preservação dos valores simbólicos, dos espaços e dos edifícios associados à memória do local”²⁹.

3.1. Alfama

O topónimo Alfama deriva do árabe *hammam* cuja tradução literal significa “banhos”. Uma das portas da cidade da Cerca Velha tinha a designação de Porta das Termas³⁰ – “ (...) *Bab al-Hamma* > Alfama, onde, junto a ela, jorravam as nascentes de

²⁷ Informações cedidas, gentilmente, por Manuela Leitão, SAMC.

²⁸ MATOS, José Luís de, “Lisboa Islâmica” in *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 81.

²⁹ SILVA, Cristina Santos – *Famílias de Alfama. Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 13.

³⁰ Rua de São João da Praça.

água quente e fria que alimentavam as termas, que davam nome à porta”³¹. Do domínio muçulmano de Lisboa resta-nos, ainda, em Alfama uma lógica de ocupação que utiliza “ (...) grande diversidade de soluções na ocupação do espaço, e sistemas construtivos dotados de uma autonomia interna que escapa à lógica do ordenamento racional do espaço urbano como um todo. Aí coexistem na verdade variados tipos de edificações ao longo de ruas e ruelas estreitas e tortuosas e em torno de pátios (...)”³². Esta dinâmica de ocupação permanece actualmente no Norte de África, mas que não podemos afirmar categoricamente que se trata de uma característica das populações islâmicas³³.

Desta configuração “ecológico-urbanística”³⁴ resulta uma vivência característica do bairro de Alfama: “dada a exiguidade do espaço privado, o espaço público constitui-se como elemento estruturador das práticas colectivas e das sociabilidades locais e traduz-se num modo específico alfamista de apropriação do espaço público e privado, que é um dos aspectos constitutivos da identidade sócio-cultural da população de Alfama”³⁵.

3. 2. As freguesias da Sé e de São Miguel.

O Gabinete Local de Alfama e Colina do Castelo – GLACC – realizou, entre 1988 e 1994, o Inquérito Sociológico à População, Habitação e Actividades, com o objectivo de proceder à caracterização sociológica da sua área de intervenção³⁶. Este inquérito teria como objectivo máximo gerar informação unificada para a área de intervenção do GLACC e, desta forma, servir de base às acções estratégicas de intervenção do Plano de Urbanização previsto para esta zona. Se no início do estudo apenas estavam abrangidas as freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão (1988-1989), este foi posteriormente alargado às freguesias da Sé (1992-1993), de Santiago e do Castelo (1993-1994) e, por último, a S. Vicente de Fora (1994).

³¹ REI, António, SIDARUS, Adel; “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes” in *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 38.

³² MATOS, José Luís de, “Lisboa Islâmica” in *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 81.

³³ Cf.: Idem, pp. 79-94.

³⁴ SILVA, Cristina Santos – *Famílias de Alfama. Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 40

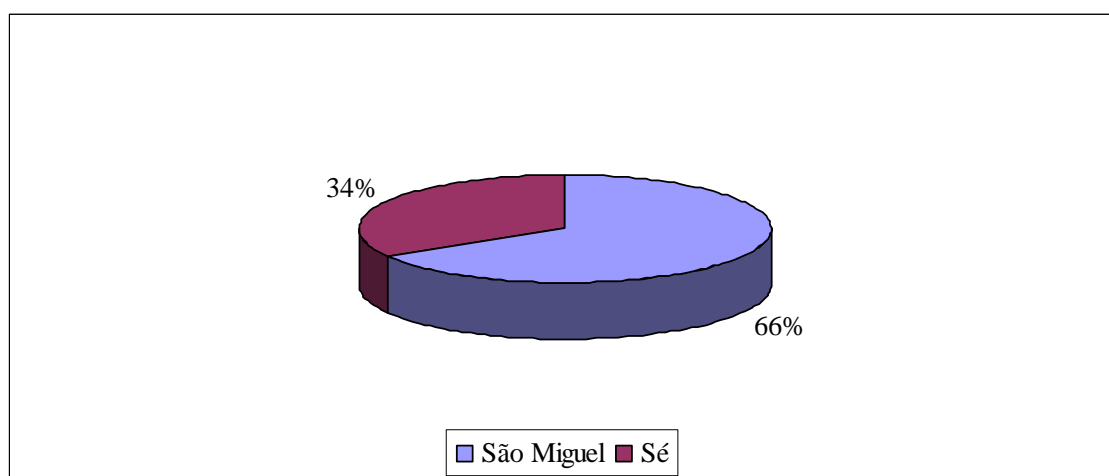
³⁵ Ibidem

³⁶ GLACC – *Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo*, Lisboa, CML – DMRU – GLACC, Agosto de 1996.

Para não existirem dispersões no tema, vamos cingir-nos às Freguesias da Sé e da Sé – áreas abrangidas pelo nosso estudo.

- Número de habitantes das Freguesias de São Miguel e da Sé.

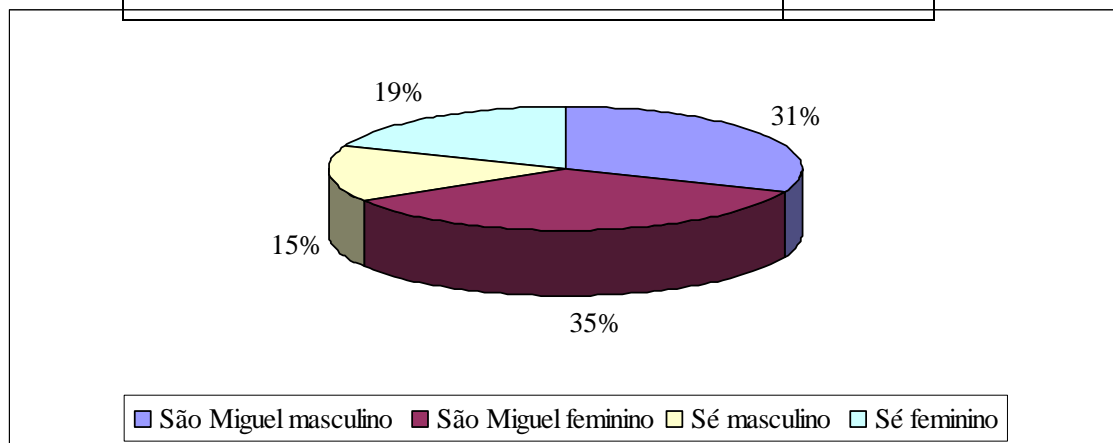
São Miguel	3293
Sé	1672
Total	4965



- Número de habitantes por sexo.

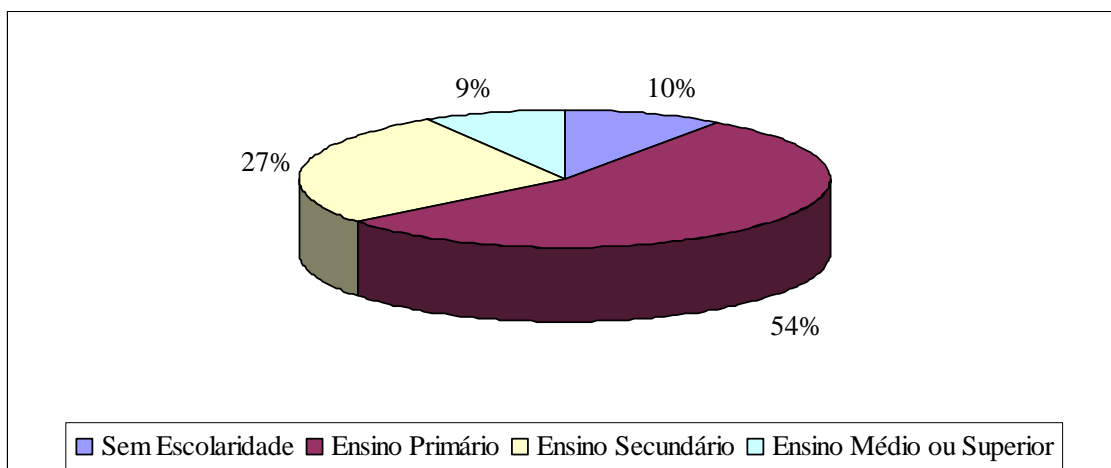
	Masculino	1551
São Miguel	Feminino	1732
Sé	Masculino	725

	Feminino	957
Total		4965



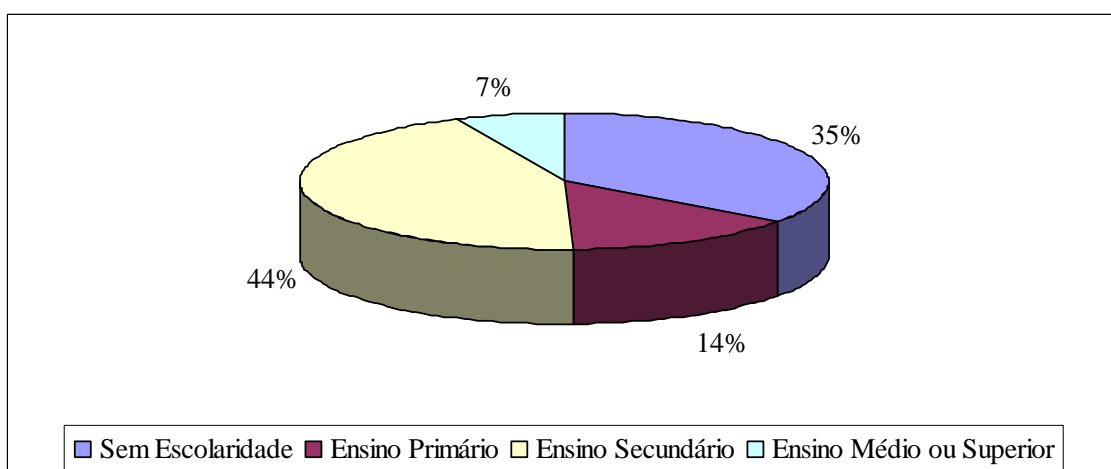
- Nível de escolaridade da população da Freguesia da Sé.

Sem Escolaridade	152
Ensino Primário	852
Ensino Secundário	425
Ensino Médio ou Superior	136
Total	1565



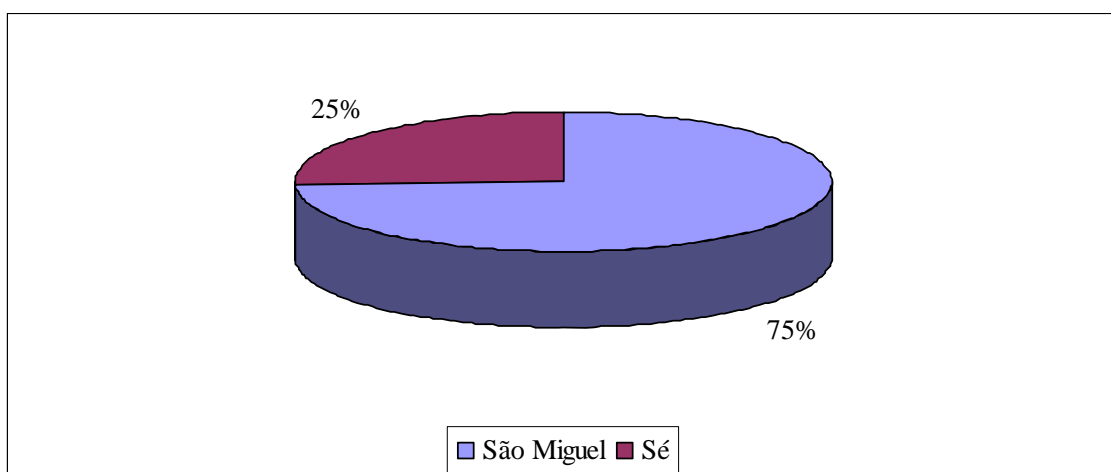
- Nível de escolaridade da população da Freguesia de São Miguel.

Sem Escolaridade	445
Ensino Primário	184
Ensino Secundário	555
Ensino Médio ou Superior	86
Total	1270



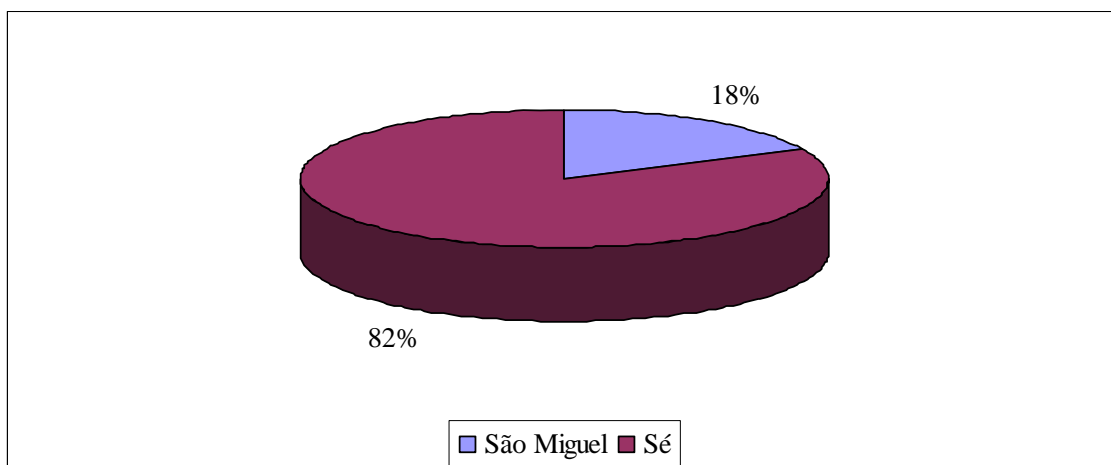
- População sem escolaridade nas freguesias de São Miguel e da Sé.

São Miguel	445
Sé	152
Total	597



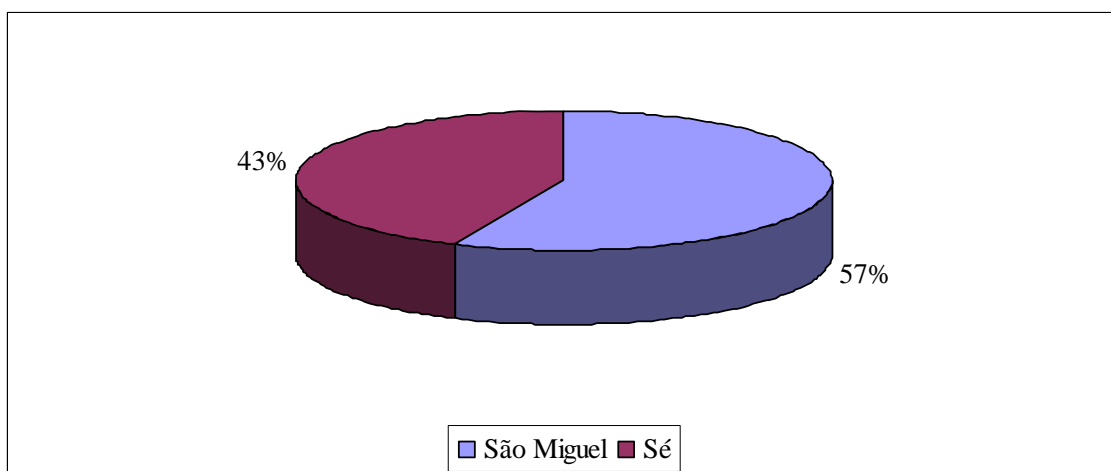
- População com Ensino Primário das Freguesias de São Miguel e da Sé.

São Miguel	184
Sé	852
Total	1036



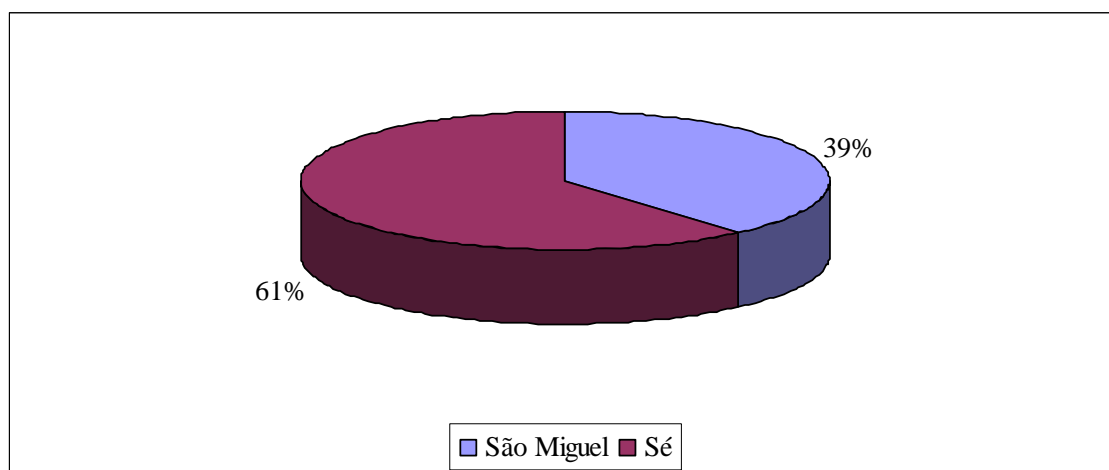
- População com Ensino Secundário das Freguesias de São Miguel e da Sé.

São Miguel	555
Sé	425
Total	980



- População com Ensino Médio ou Superior das Freguesias de São Miguel e da Sé.

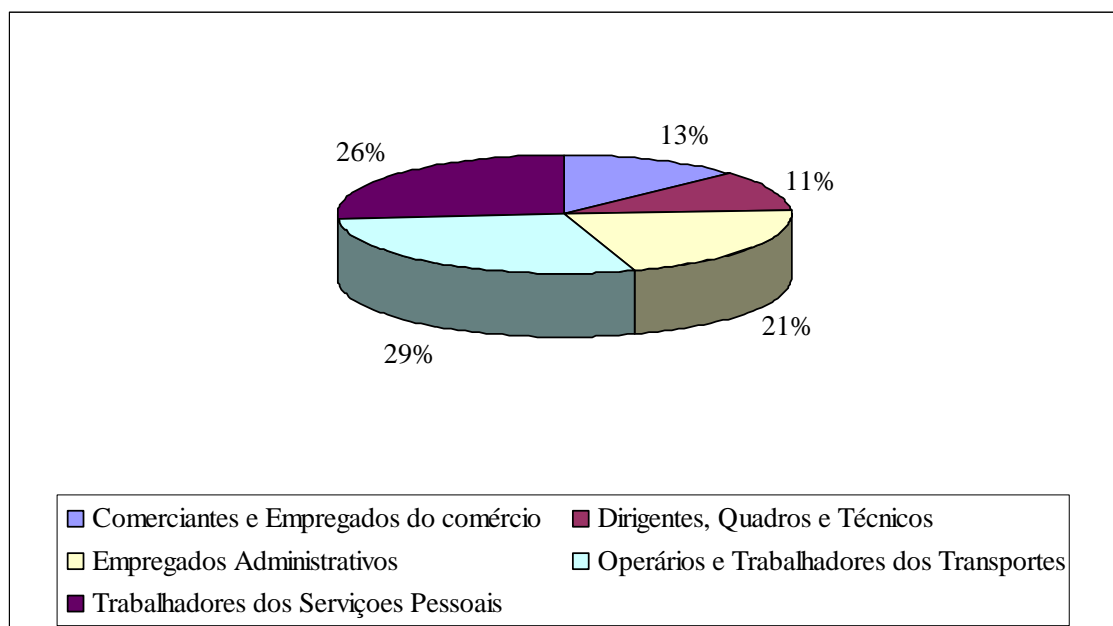
São Miguel	86
Sé	136
Total	222



- Funções laborais da população activa da Freguesia da Sé.

Comerciantes e Empregados do comércio	140
Dirigentes, Quadros e Técnicos	122
Empregados Administrativos	224
Operários e Trabalhadores dos Transportes	309

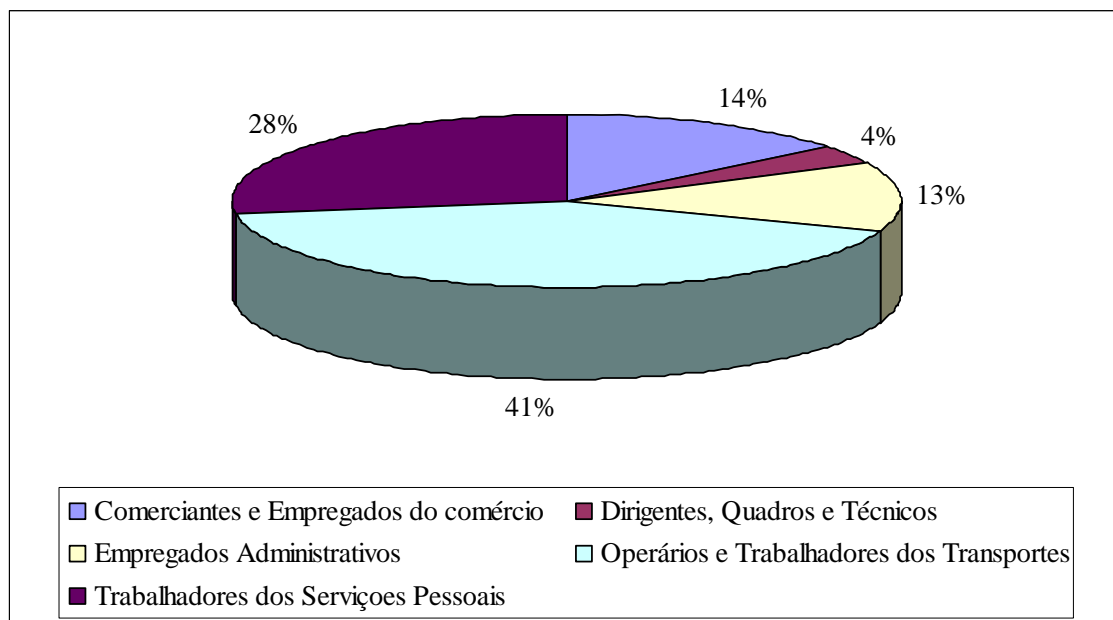
Trabalhadores dos Serviços Pessoais	284
Total	1079



- Funções laborais da população activa da Freguesia de São Miguel.

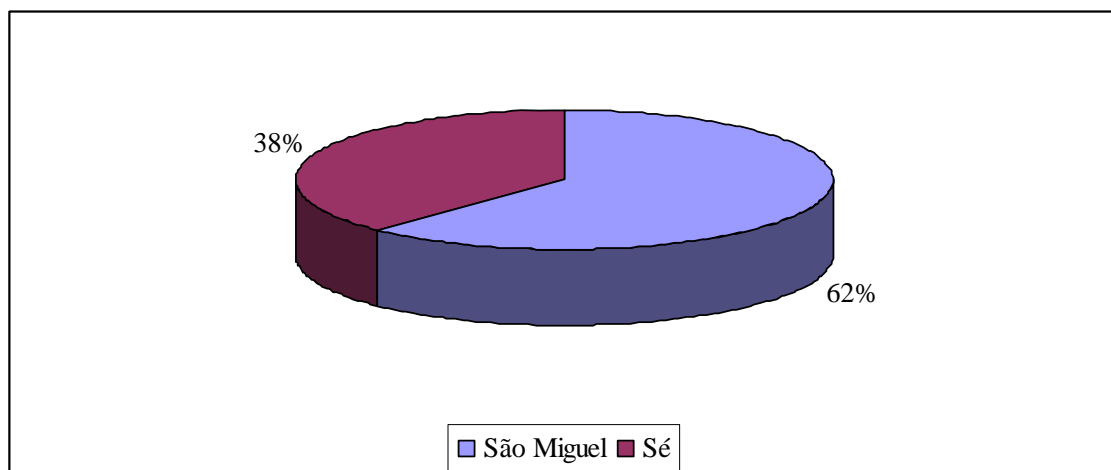
Comerciantes e Empregados do comércio	312
Dirigentes, Quadros e Técnicos	78
Empregados Administrativos	277
Operários e Trabalhadores dos Transportes	919
Trabalhadores dos Serviços Pessoais	604

Total	2190
-------	------



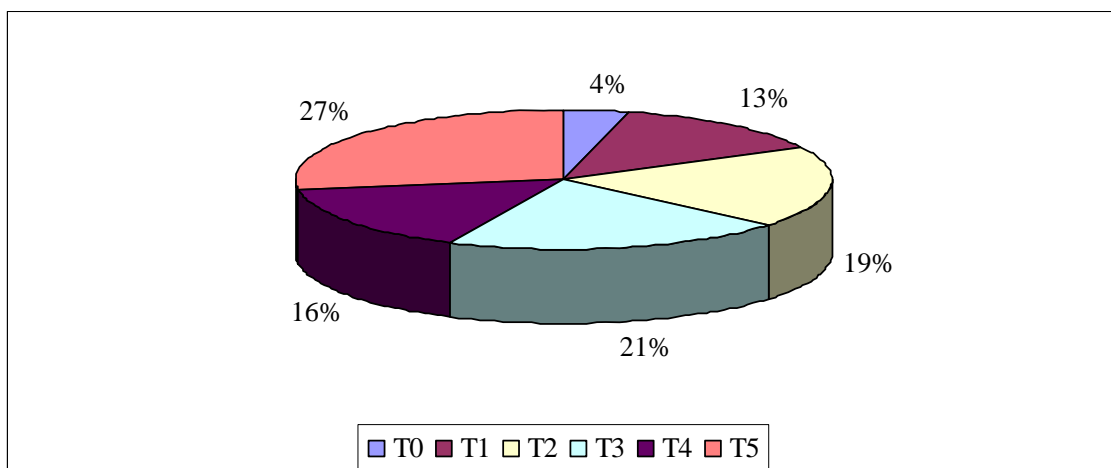
- Fogos residenciais recenseados na área de intervenção das Freguesias de São Miguel e da Sé.

São Miguel	1325
Sé	809
Total	2134



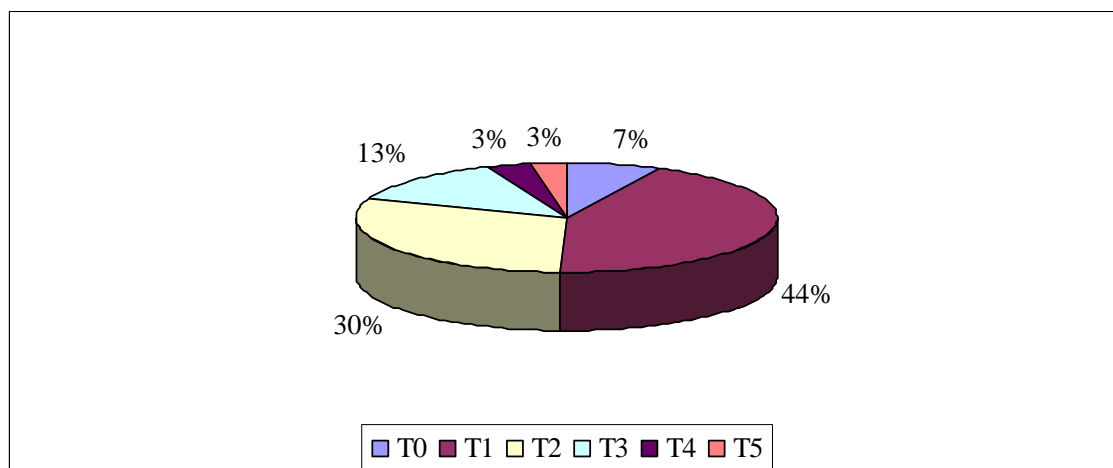
- Tipologia dos fogos da Freguesia da Sé.

T0	26
T1	92
T2	130
T3	143
T4	109
T5	186
Total	686



- Tipologia dos fogos da Freguesia de São Miguel.

T0	87
T1	527
T2	368
T3	162
T4	39
T5	34
Total	1217



O bairro de Alfama é uma área dentro da cidade de Lisboa que possui características sócio urbanísticas muito particulares – o parque habitacional é antigo, a população fortemente envelhecida e com nível sócio-cultural baixo. Trata-se de uma área heterogénea, depreendendo-se uma diferença em termos de edificado e da estrutura da população, nas várias freguesias que a compõem.

Não obstante o estudo do GLACC ter cerca de dezasseis anos, não foi feito um novo estudo sobre esta área. Sabemos que a população de Alfama está a sofrer importantes transformações, com uma qualificação profissional e escolar em ascensão proveniente, fundamentalmente, de novos residentes oriundos de estratos sociais de maiores recursos económicos e culturais.

O comércio tradicional começa a ser acompanhado pelo crescimento de um comércio mais específico e direccionado, que aponta não só para uma população habitante em renovação como para a atracção de novos públicos que procuram o local para habitação e lazer.

IV. Visita de Estudo

“Antes tudo era simples: o professor na sala de aula ensinava a matéria, o animador na colónia de férias animava actividades lúdico-desportivas. Hoje, tudo se complica: há colónias de férias com actividades que não são só lúdicas e os professores, na sala de aula, descobriram que ensinar, ensinar, ensinar não é solução e pode acontecer que um aluno tenha adquirido conhecimentos essenciais numa actividade de tempos livres.”³⁷.

Os programas escolares dos vários níveis de ensino referem, na generalidade, a necessidade dos alunos saírem em visita de estudo, no caso particular, aos museus. Como referem Carmina Correia Guedes e João Moreno“ (...) a formação pedagógica

³⁷ PINTO, Manuel Campos, *Guia prático da turma viajante*, Porto, ASA, Março 2001, p. 11

não se concentra só no espaço escolar, é necessário procurar o seu complemento exterior em actividades extra curriculares em variadas emoções, em diferentes conhecimentos e novas experiências. (...) A sensibilização das crianças face à referida instituição cultural é essencial para o sucesso de futuros projectos escolares, uma contínua formação de cultura geral, fundamentais ao desenvolvimento de aptidões cognitivas e emocionais conducentes com a exigência da sociedade em que vivemos. (...) Qual a importância da visita ao museu no desenvolvimento do curriculum escolar? A visita escolar ao museu constitui, em Portugal, uma actividade extra-curricular, devendo, no entanto, acompanhar o curriculum enquanto complemento de formação pedagógica contínua. A visita deve ser realizada pelo menos três vezes por ano, de modo a acompanhar os temas dos três semestres curriculares; é uma experiência extremamente enriquecedora para os alunos, aumentando o nível de aprofundamento da matéria escolar e da cultura geral, pelo conhecimento e experiência directa com temas e objectos relacionados com a matéria escolar e pela participação em diversas actividades práticas incluídas no programa; funciona como meio de motivação, estímulo à imaginação e estabelece relações emocionais com objectos ou ideias, consolidando conhecimentos.”³⁸.

Os professores sentem que seria útil e proveitoso para os seus alunos que as suas aulas se pudessem prolongar para além do espaço físico da sala de aula, alargando o conceito de Escola³⁹. O contacto com a realidade física e não abstracta, como é apresentada diariamente, dará ao aluno uma nova dimensão dos assuntos tratados na aula: “O lugar que se refere [o professor], a fábrica que se indica, o monumento que se dá como exemplo, chegam ao aluno através de uma imagem do seu manual. Não raras vezes, fica-se simplesmente pela referência ao mesmo, deixando o aluno, na sua mente, construir o significado de algo objectivo mas que ele recria conforme o exercício que o seu espírito fizer. (...) O contacto com a realidade dará ao aluno toda uma nova dimensão dos assuntos tratados nas aulas o que, se bem programado e orientado,

³⁸ GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002, pp. 9-11.

³⁹ “Como é evidente este conceito de Escola não se pode limitar à sala de aula, é indispensável o contacto constante com o meio e com a realidade, o que torna as visitas de estudo um recurso pedagógico muito importante, pois elas, para além de constituírem uma verdadeira lição das coisas são uma forma de aperfeiçoamento e aquisição de instrumentos intelectuais, que irão permitir um autodidactismo no futuro” MARQUES, Maria de Fátima Silvério, “Museu – Instrumento Pedagógico, in *A Escola vai ao Museu*. Actas do Colóquio APOM, Lisboa, APOM, 1987, p. 46.

servirá, entre demais finalidades, para estimular os alunos relativamente ao interesse que devem ter pelo estudo das diferentes disciplinas.”⁴⁰. A visita de estudo, se bem orientada, preparada e explorada, dará ao estudante um maior interesse pelo estudo dos diferentes temas. Deverá haver sempre momentos de descontração e descanso, pois o cansaço poderá ser contraproducente, sobretudo em crianças desta faixa etária⁴¹. Os intervalos deverão ser permitidos e estimulados para a observação do ambiente que os circunda. Exactamente como na instituição de ensino, pois a visita de estudo não passa de uma aula num local diferente.

Estamos, no entanto, convictos que a visita de estudo vale por si só. Concentremo-nos no caso concreto em estudo. Um dia diferente, passado num local incomum motiva os alunos e a sua adesão é total⁴².

Numa visita orientada, junta-se à relação pedagógica um terceiro elemento: aquele que orienta. Orienta não só alunos, mas também professores, tornando-se estes mais ouvintes e observadores. Observadores até dos próprios alunos que, fora da escola, terão tendência a ter um comportamento diferente, mais autêntico e honesto com eles mesmos⁴³.

4.1. O público

O público deste percurso orientado são os alunos do Ensino Básico, Primeiro Ciclo, 3º e 4º ano do ensino oficial e privado do Concelho de Lisboa.

O programa de Estudo do Meio realça a importância da História Local. Sabemos como os programas são longos e, muitas vezes, o tempo curto para leccionar todas as áreas pretendidas. Sabemos, também, que nem sempre é fácil para os professores terem

⁴⁰ MOURO, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987, p. 50.

⁴¹ Cf.: GALLINO, Maria João, LEITÃO, Maria da Luz, PALHAIS, Florbela, PIRES, Isabel Valente, *Da Criança ao Aluno. Um Itinerário Pedagógico. Ensinar é Investigar*, Instituto de Inovação Educacional. Coleção Movimentos Pedagógicos – 1, Fevereiro, 1993.

⁴² Subscrevemos a opinião fundamentada em MOURO, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987, pp. 50-56.

⁴³ Cf.: DUARTE, Ana, *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora, 1994; MOURO, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987, pp. 50-56.

ao seu alcance os meios necessários para que os seus alunos saiam da escola⁴⁴. Decidimos, assim, privilegiar os alunos do Concelho de Lisboa de acordo com os objectivos referidos no programa de *Estudo do Meio*: “3º ano, O passado do meio local (...) conhecer vestígios do passado local – construções (habitações, castelos, moinhos, antigas fábricas, igrejas, monumentos pré-históricos, pontes, solares, pelourinhos...) (...) 4º ano, O passado nacional (...) conhecer personagens e factos da História Nacional com relevância para o meio local (...)”⁴⁵.

Trata-se de um público indirecto, que necessita de um intermediário para chegar à oferta. Neste caso o intermediário é o professor que escolhe os locais onde vai com os seus alunos, mas que também se encontra condicionado por uma série de factores exógenos⁴⁶. Assim sendo, o professor começa por ser o nosso público-alvo. É a ele que temos de cativar com a nossa oferta.

4.2. Educação Patrimonial: a disciplina de Estudo do Meio

O conceito “Educação Patrimonial” é abrangente e não se presta a uma definição absoluta. A expressão *Heritage Education* tem tradução, pela museóloga brasileira Maria de Lourdes Horta, em instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido⁴⁷.

Em Portugal, num colóquio promovido pela Universidade Aberta, Ana Duarte defendia que “a Educação Patrimonial é ajudar o aluno a saber olhar para o mundo que o rodeia, e criar-lhe hábitos de observação do real até ao pormenor, criando nele uma consciência cívica e regras de protecção e fruição do património e um agente difusor da memória colectiva da sua cidade.”⁴⁸.

⁴⁴ Este é um dos aspectos que os professores com quem falámos referem como uma condicionante para a saída da Escola: o transporte. Ver entrevistas a Luís Gonçalves e Rita Leonardo em Anexos.

⁴⁵ “Estudo do Meio”, in www.dgidec.min-edu.pt, pp. 112 e 113 [Acedido em 28. Março. 2010].

⁴⁶ Ver entrevistas a Luís Gonçalves e Rita Leonardo em Anexos.

⁴⁷ HORTA, M^a de Lourdes Parreiras, “Fundamentos da Educação Patrimonial” in *Ciências e Letras*, Porto Alegre, Junho 2000, n^o27, pp. 25-35.

⁴⁸ DUARTE, Ana “Novos Conceitos de Museu e Património” in *A Cidade. Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 520.

Jorge Custódio sobre Educação Patrimonial dizia que “ (...) resulta do acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros de forma livre e solidária, processo durante o qual a personalidade se forma pela interacção de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas”⁴⁹.

A Escola assume, na nossa perspectiva, papel fundamental na formação de novos públicos. Deverá ser uma instituição dialogante com a comunidade em que está inserida, consciencializando-se de que é um meio privilegiado de relacionar as crianças com o património que as circunda⁵⁰. A instituição de ensino deverá investigar e questionar, o Museu⁵¹ estabelecer pontes com outras instituições para uma divulgação patrimonial eficaz que permita uma relação cada vez mais forte com os vestígios do passado que fazem parte da sua História Local, são parte integrante da sua memória colectiva⁵². Tendo o Museu uma cultura própria, não sendo uma escola, pode constituir-se como um complemento desta. “É pois de esperar que entre as instituições escola e museu a diferentes espaços correspondam diferentes propostas educacionais.”⁵³.

Inserindo nas suas actividades curriculares e extra-curriculares temáticas ligadas ao Património, poderá desempenhar um papel educativo e sensibilizador das crianças para os valores culturais, suportes de memória colectiva pois “ (...) a patrimonial [educação] nasce primeiro na família. Mas para isso é necessário que os pais a tenham já recebido no seio da sociedade, ou estejam abertos à mudança da sua mentalidade,

⁴⁹ CUSTÓDIO, Jorge, “Educação Patrimonial” in *Centros Históricos*, Mirandela, Jortejo, nº 4, II série, Julho/Setembro 2000, p. 11.

⁵⁰ “Todas as crianças possuem um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia. Cabe à escola valorizar, reforçar, ampliar e iniciar a sistematização dessas experiências e saberes, de modo a permitir, aos alunos, a realização de aprendizagens posteriores mais complexas”, “Estudo do meio”, in www.dgicd.min-edu.pt, p.101 [Acedido em 28.Março.2010].

⁵¹ “O museu é, também, um recurso da escola e da comunidade em múltiplos aspectos, além dos papéis que lhe são especificamente inerentes: recolher, apresentar, estudar, conservar e animar o património local.” DUARTE, Ana “Novos Conceitos de Museu e Património” in *A Cidade. Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 518.

⁵² “Os serviços educativos dos Museus locais ou nacionais devem estabelecer uma relação com a escola, estreitamente ligada à população activa. Quer isto dizer que os vários projectos comunitários desenvolvidos por estes serviços devem ter em atenção os vários grupos profissionais ou temas solicitados por professores, servindo deste modo de recurso aos conteúdos programáticos.” DUARTE, Ana, *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora, 1994, p. 17.

⁵³ CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, p. 13.

pela gestação dos valores respeitantes ao património. Desenvolve-se depois na Escola”⁵⁴.

É através da disciplina de Estudo do Meio que as questões patrimoniais são abordadas no Primeiro Ciclo: “as crianças deste nível etário apercebem-se da realidade como um todo globalizado. Por esta razão, o Estudo do Meio é apresentado como uma área para a qual concorrem conceitos e métodos de várias disciplinas científicas como a História, a Geografia, as Ciências da Natureza, a Etnografia, entre outras, procurando-se, assim, contribuir para a compreensão progressiva das inter-relações entre a Natureza e a sociedade”⁵⁵. Através dos intermediários – professores⁵⁶ – pretende-se que os alunos aprofundem os seus conhecimentos da Natureza e Sociedade do meio que os envolve, através de experiências e investigações não só na Escola mas na comunidade em que estão inseridos.

No Bloco II do programa de Estudo do Meio – *À Descoberta dos outros e das instituições*, parte-se da história da família da criança (no 1º ano do Ensino Básico) até se chegar à História do Meio Local e das suas ligações com a História Nacional. É, mais uma vez, tarefa do professor colocar ao alcance dos alunos os meios possíveis (monumentos, fotografias, vestígios arqueológicos, registos escritos, etc) para a reconstituição do passado.⁵⁷

4.3. Preparação e Exploração dos Conteúdos da Visita

Não contradizendo o que foi dito anteriormente, sobre o facto de a visita de estudo valer por si só, é indiscutível, sob o nosso ponto de vista, que ela terá mais

⁵⁴ CUSTÓDIO, Jorge, “Educação Patrimonial” in *Centros Históricos*, Mirandela, Jortejo, nº 4, II série, Julho/Setembro 2000, p. 11.

⁵⁵ “Estudo do Meio”, in www.dgidec.min-edu.pt, p. 101 [Acedido em 28. Março. 2010].

⁵⁶ “Ao professor cabe a orientação de todo este processo, constituindo, também, ele próprio, mais uma fonte de informação em conjunto com os outros recursos da comunidade, os livros, os meios de comunicação social e toda uma série de materiais e documentação indispensáveis na sala.” Idem, p. 102

⁵⁷ “Embora as noções relativas ao tempo atravessem todo o programa, é fundamentalmente neste bloco que se agrupam os conteúdos relativos ao tempo histórico, partindo da história da família da criança para se alargar à história do meio local e às suas ligações com a história nacional. (...) No que se refere à história local e nacional, os registos serão efectuados num friso cronológico da História de Portugal. É importante que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas (sejam eles monumentos, fotografias, documentos escritos, tradições, etc.) constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização.” Idem, p. 110.

proveito para os alunos se for planeada, acompanhada, explorada⁵⁸. Carmina Guedes e João Moreno afirmam que os alunos são a componente mais importante numa visita, sendo o seu envolvimento fundamental em todas as fases para o êxito da mesma⁵⁹.

A visita não deverá ser encarada como um acto pontual, antes uma saída da escola que começa dentro dela e termina novamente nesta. Como o círculo, alunos regressam com professores ao ponto de partida.

No início preparam-na, no final exploram-na. Na sala de aula os alunos devem ser preparados para a saída, saber onde vão, quais os objectivos, o que vão ver⁶⁰. No final, os alunos consolidam os conhecimentos na sala de aula, fazem a ponte com a matéria curricular. Os pontos da visita podem ser discutidos ou fomentar actividades exploratórias⁶¹.

4.3.1 O Museu

O papel do museu, na sua relação com a escola e com a comunidade⁶², já aqui foi referido. É certo que não estamos a abordar um projecto que se desenrole dentro de paredes, mas consideramos que as competências do mesmo vão para além do seu limite físico⁶³.

⁵⁸ “A educação museológica desenvolve-se em três momentos específicos de aprendizagem que são «o antes», «o durante» e «o depois» da visita (...)” CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, p. 14

⁵⁹ Cf.: GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002.

⁶⁰ “O tema da exposição que irão visitar deve, deste modo, constituir o complemento da matéria escolar e deve ser apresentado aos alunos enquanto tal. Esta preparação dos alunos implica e resulta numa visita qualitativa em que, estes ao entrarem no museu, já terão uma ideia do que irão ver ou da actividade que irão realizar” Idem, p. 27.

⁶¹ Cf.: CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, p. 16

⁶² Como refere Ana Isabel Vieira Apolinário na sua dissertação de Mestrado, “(...) um dos desafios mais prementes para a museologia do século XXI, é a emergência de um novo conceito de museu, ancorado em uma relação crescente com as comunidades.” APOLINÁRIO, Ana Isabel Vieira, *Serviços educativos em Museus de Arqueologia – que características e que perspectivas?*, Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História. Lisboa 2004, p. 40.

⁶³ “A definição do ICOM/UNESCO é a referência e o ponto de partida da generalidade das abordagens do sector. É uma definição que tem evoluído desde 1946 no sentido de uma maior abrangência do universo em causa. A definição mais recente foi adoptada em 2001 na 20.ª Assembleia-geral [do ICOM realizada em Barcelona] e é a seguinte: Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do Homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a

Foquemos, agora, o papel educativo que o museu tem⁶⁴, no panorama português contemporâneo.

João Couto, na altura director do Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa), fundou nos anos cinquenta do século XX, o primeiro Serviço Educativo numa instituição museológica portuguesa⁶⁵. Este precedente desperta o interesse dos profissionais da área na temática da educação nos museus e é seguido, na cidade do Porto, pelo Serviço Educativo do Museu Nacional Soares dos Reis, criado em 1962⁶⁶.

Deste interesse nasce o Seminário e o conjunto de conferências organizadas pela Associação Portuguesa de Museologia em 1967. Seria, no entanto, preciso esperar até ao final dos anos setenta, início dos anos oitenta do século XX, para assistir à criação compulsiva de serviços educativos em museus da administração central e privados (numa primeira fase) e, posteriormente, no contexto do crescimento considerável dos museus autárquicos.

Na última década assistimos a reformulações nos serviços educativos que já existiam, com o objectivo de torná-los mais atractivos ao público, divulgar e promover o património e divulgá-lo a um crescente número de espectadores. Paralelamente, em novos museus – na sua definição alargada – vemos a incorporação de raiz de serviços educativos, deixando os mesmos de ser uma dependência de raiz periférica da instituição para integrarem a sua estrutura orgânica⁶⁷.

fruição. (...) b. Para além das instituições designadas «museus», são abrangidas por esta definição: i. os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos com características de museu pelas suas actividades de aquisição, conservação e comunicação dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente (...)” SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, OLEIRO, Manuel Bairrão (ccord.), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, OAC, IMC/RPM, Lisboa, 2005, p. 20

⁶⁴ “Com a publicação da Lei Quadro dos Museus Portugueses e a concomitante definição do conceito de museu, é estabelecida a função de «educação» como uma das basilares funções museológicas, plasmando o art. 42.º daquela lei a obrigatoriedade de o museu desenvolver «de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais (...) o museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversidade dos públicos»” CAMACHO, Clara Frayão, “Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmicas e Perspectivas” in *Serviços Educativos na Cultura*, ccord. Sara Barriga e Susana Gomes da Silva, Porto, Setepés, pp. 26-41.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Informações obtidas em visita ao Museu Nacional Soares dos Reis.

⁶⁷ Inaugurado em 1999, o Museu de Serralves (Porto) abriu ao público com o Serviço Educativo integrado na sua estrutura (LEITE, Elvira, VICTORINO, Sofia, *Serralves. Projectos com Escolas*, Porto, Fundação de Serralves). Mais recentemente, em 2008, o Museu do Oriente (Lisboa) abre com uma extensa oferta

Acompanhando o movimento de renovação e criação de serviços educativos em museus, a Divisão de Museus e Palácios (CML) possui, desde 1989, o Serviço de Animação e Pedagogia que concebe e realiza projectos educativos. Este serviço desenvolve-se nos museus municipais – Museu da Cidade, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Museu Antoniano, Museu do Teatro Romano – “com vista à valorização do património cultural (...) procurando sensibilizar os diversos públicos para o seu valor e necessidade de preservação”⁶⁸. O seu trabalho “concretiza-se em visitas orientadas, reconstituições históricas, oficinas de expressão plástica, workshops e acções de formação, integrando o público em geral na história e nas vivências da cidade de Lisboa”⁶⁹.

Como já foi referido anteriormente, é o SAMC que desenvolve a maioria das intervenções arqueológicas em Alfama, promovidas sobretudo no acompanhamento de obras da CML.

Por este motivo, e por ter um Serviço de Animação e Pedagogia bem estruturado, dinâmico e com técnicos permanentes e qualificados, julgamos pertinente que a orientação⁷⁰ da visita arqueológica a Alfama fique a cargo do Museu da Cidade. Habitados a lidar com a Arqueologia enquanto disciplina científica, poderão animar os espaços, anulando distâncias entre público e objectos.

Poder-se-ia, no entanto, colocar a questão sobre se é imprescindível haver a mediação de um Serviço Educativo (ou, neste caso, Serviço de Animação e Pedagogia) e o público, já que o trabalho é feito pelo arqueólogo. Em resposta, citamos Ana Isabel Vieira Apolinário, com quem estamos de acordo: “sendo mais habitual a comunicação de carácter científico (publicações e comunicações), a possibilidade de descodificar a informação e de a transmitir de forma pedagógica (exposições, programas educativos

anual do Serviço Educativo (PEREIRA, Fernando António Baptista Pereira, “O Museu do Oriente. O Conceito, o Programa e as principais Coleções” in *Museu do Oriente, Lisboa*, Fondation BNP PARIBAS, Fundação Oriente, pp. 19-46.

⁶⁸ www.museudacidade.pt [Acedido em 28.Março.2010]

⁶⁹ *Ididem*.

⁷⁰ Preferimos a designação “visita orientada”, contrapondo a designação “visita guiada”: “deixemos os alunos efectuar a visita livremente, ao seu ritmo, chamando à atenção para alguns pontos, mas sem ser demasiado rígido, deixando-lhes a iniciativa de perguntarem o que quiserem, não lhes dando tarefas que transformem o museu numa sala de aula mas encorajando-os a tirar notas, a ver tudo com atenção, ouvir e, sobretudo, perguntar.” GIL, F. Bragança, LOURENÇO, C. Marta, “Que ganhamos hoje em levar os nossos alunos a um museu”, in *Comunicar Ciência*, n3, Setembro/Outubro 1999, p. 5.

relacionados com os museus, os sítios, o território e os recursos patrimoniais) é, talvez, mais aliciante e permite novas abordagens do museu com extensão ao território (itinerários patrimoniais e visitas a sítios arqueológicos) e com recurso a actividades na área laboratorial e mesmo nas próprias reservas, quando visitáveis”.⁷¹ Sobre a divulgação de achados arqueológicos Paul Bahn refere ainda que “ (...) ainda encontramos exemplos de arqueólogos que estão demasiado ocupados para o fazer, ou que, surpreendentemente, nem sequer sentem qualquer necessidade de perder tempo com o assunto.”⁷²

Assim, esta visita passaria a integrar o programa educativo anual do Serviço de Animação e Pedagogia da Divisão de Museus e Palácios⁷³.

4.3.2. Preparação da Visita de Estudo

Maria Ramalho diz: “é necessário que a mensagem arqueológica seja descodificada, sendo para tal obrigatória uma certa preparação de dados, baseada sempre num estudo minucioso e intensivo dos vestígios arqueológicos (...) para que se possa ter uma relação satisfatória com o público (...)”⁷⁴.

Consideramos que a aproximação ao vestígio arqueológico deverá ser feita na escola, partindo do início: o trabalho do arqueólogo. Desta forma, um dos objectivos da visita ficaria cumprido na sala. Paralelamente, seria uma forma de aliviar a quantidade de informação passada no percurso.

A nossa proposta de preparação da visita tem por base uma mala pedagógica⁷⁵, com três componentes:

⁷¹ APOLINÁRIO, Ana Isabel Vieira, *Serviços educativos em Museus de Arqueologia – que características e que perspectivas?*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História. Lisboa 2004, p. 57.

⁷² BAHN, Paul, *Arqueologia. Uma breve introdução*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 105.

⁷³ Segundo a fundadora do Serviço de Animação e Pedagogia este projecto teria lugar na sua programação anual. Ver entrevista a Edite Alberto, Museu da Cidade em Anexos.

⁷⁴ RAMALHO, Maria, “O arqueólogo, o público, o passado e os seus amantes”, in *Al-madan*, II série, nº3, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, p. 56.

⁷⁵ Esta proposta tem por base a mala pedagógica do MNA que nos foi amavelmente apresentada pela responsável pelo Serviço Educativo e de Extensão Cultural, Maria José Albuquerque com o aval de Luís Raposo, Director do MNA. Como exemplo, transcrevemos uma definição de mala pedagógica: “A mala pedagógica consiste numa mala ou caixa com um conjunto de informação e materiais pedagógicos que elucidam os alunos sobre aspectos histórico-culturais de um determinado tema. A informação pode ser escrita, sob a forma de painéis ou fichas, e visual, através de diapositivos ou vídeos; os materiais podem

1. Texto explicativo para ser usado pelos professores.
2. Objectos para serem trabalhados com os alunos.
3. Sugestão de leitura aos docentes.

Esta ferramenta de preparação da visita seria requisitada pelos docentes ao Serviço de Animação e Pedagogia da Divisão de Museus e Palácios da CML e trabalhada na escola⁷⁶. Caberia aos professores interpretá-la da forma que melhor considerassem proveitosa para os seus alunos, segundo directrizes por nós apresentadas. Evitaremos o discurso fechado e linhas de orientação rígidas por considerarmos que cada turma é única e estabelece uma relação singular com o seu professor. Além disso, alunos e professores poderão ter sempre elementos a acrescentar, que torne a aprendizagem mais proveitosa. Com esta abertura no discurso, estimular-se-ia, igualmente, a necessidade de mais leituras e mais interesse na Educação Patrimonial.

O texto teria como objectivo apresentar a arqueologia aos professores de forma simples e atractiva e ajudar na descodificação dos objectos que estão na mala pedagógica.

*Arqueologia: é o estudo do passado do Homem através do significado dos sinais materiais que ele deixou na sua passagem*⁷⁷.

*“Para quê perdermos tempo com a arqueologia? Não se trata apenas de uma disciplina que gira em torno dos mortos, de pessoas que já não nos são relevantes? Bem, para os iniciantes a arqueologia pode ser bastante divertida.”*⁷⁸

ser variados, terem a particularidade de serem interactivos” GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002, p. 36.

⁷⁶ “O empréstimo de objectos museológicos. A Escola poderá solicitar ao museu o empréstimo de alguns objectos das suas colecções que não apresentem especial cuidado de conservação e segurança ou réplicas. O empréstimo é efectuado durante um curto prazo às escolas, afim de que os professores possam integrar a sua análise durante o estudo de um tema na sala de aula.” GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002, p. 36.

⁷⁷ Cf.: “Archaeology: The study of man’s past by means of the material relics he has left behind him” BRAY, Warwick, TRUMP, David, *The Penguin Dictionary of Archaeology*, London, Penguin Books, 1982, p. 21.

⁷⁸ BAHN, Paul G., *Arqueologia. O Guia Essencial*, Paço de Arcos, Artemágica Editores, 2005, p. 9.

Serve a presente maleta para iniciar o percurso que os alunos irão fazer em Alfama, partindo do trabalho do arqueólogo. É um ponto de partida, que se espera divertido, para que o professor a utilize da melhor maneira que entenda.

Com os objectos que a mala contém pretende-se promover o diálogo através de perguntas e respostas, para o entendimento da função de cada um deles numa escavação arqueológica.

Dada a nossa experiência com crianças destas idades, consideramos que a sua aprendizagem se torna mais fácil e atractiva quando acompanhada por objectos. Os objectos propostos seriam acompanhados de perguntas sobre cada um deles, que estimulariam as respostas, e conseqüente diálogo, entre os alunos.

Os objectos (um exemplar de cada) seriam:

1. Retroescavadora (cópia)
2. Pico (cópia)
3. Colherim (cópia)
4. Escova (cópia)
5. Pá (cópia)
6. Escova de dentes (original)
7. Bloco de notas (original)

Através destes objectos, traçar-se-ia o trabalho do arqueólogo através destes objectos e das questões levantadas à turma. Exemplos:

- *É possível que uma retroescavadora seja usada numa escavação arqueológica?*
- *Parece-vos que esta colher [colherim] é grande demais para comer a sopa?*
- *Por que acham que um arqueólogo deverá sempre fazer-se acompanhar por um bloco de notas?*
- *Será que aqui a escova de dentes serve mesmo para lavar os dentes?*

A escolha da sugestão de leitura tem por base ser um manual dirigido ao público, por o considerarmos de fácil leitura e acompanhado de imagens atractivas e elucidativas:

- BAHN, Paul G., *Arqueologia. O Guia Essencial*, Paço de Arcos, Artemágica Editores, 2005.

4.3.3. Exploração da visita de estudo

“Depois da visita” é um momento de aprendizagem importante, como o “antes” e o “durante”⁷⁹. Volvidos à Escola, os alunos deverão ter o momento de consolidação da aprendizagem. É a altura da análise e da síntese⁸⁰. O momento pós-visita é quando se dá “a consolidação da experiência da visita, com efectivação das pontes curriculares necessárias, a discussão das tarefas realizadas ou a realizar e o esclarecimento dos pontos menos claros.”⁸¹.

A nossa proposta para a consolidação dos conteúdos da visita, pretende explorar uma área do trabalho arqueológico que ainda não foi tratado no presente estudo⁸².

A questão colocar-se-ia aos alunos: *O que fazer com os cacos encontrados?*

Pretende-se dar a conhecer ao aluno o que é feito após a intervenção com o espólio cerâmico⁸³ que é retirado da escavação arqueológica.

Partindo de uma imagem da *Olive Jar* (século XVI)⁸⁴ o professor questionaria os alunos como os arqueólogos conseguiram juntar todos os fragmentos, dando uma a forma perceptível da peça em exposição.

⁷⁹ CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, p. 14.

⁸⁰ Cf.: CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, pp. 16-17

⁸¹ GIL, F. Bragança, LOURENÇO, C. Marta, “Que ganhamos hoje em levar os nossos alunos a um museu”, in *Comunicar Ciência*, n3, Setembro/Outubro 1999, p. 5

⁸² À semelhança do que aconteceu com a mala pedagógica, também esta proposta tem por base uma actividade já realizada. Com algumas adaptações, a actividade foi-nos apresentada por Edite Alberto, Museu da Cidade.

⁸³ Optamos pelo espólio cerâmico por ser o material mais abundante numa intervenção arqueológica.

⁸⁴ Imagem II. Peça que os alunos viram no Restaurante *Pátio de Alfama*.

A nossa proposta seria, com loiça actual de cores, formas⁸⁵ e texturas diferentes estimular a organização de um puzzle. A loiça seria partida previamente pelo professor e os alunos separá-la-iam:

1. Por cores.
2. Por textura.
3. Por categoria – bordo, fundo, parede.

A partir desta separação os alunos procurariam fazer as colagens possíveis.

Este capítulo que aqui termina serve para a fundamentação de uma visita de estudo, o que leva – e o que é necessário – para que um grupo escolar abandone o limite físico da sala de aula para sair, em seu benefício.

O próximo capítulo, último deste Trabalho de Projecto, centra-se no “durante”⁸⁶, ou seja, no período do tempo que os alunos estarão fora do limite físico da Escola.



Imagem II

Olive Jar, século XVI, Restaurante *Pátio de Alfama*.

Vasco Leitão, Museu da Cidade, CML.

⁸⁵ Pratos, jarros, taças, copos, etc.

⁸⁶ CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004, p. 14.

V. Visita Orientada à Arqueologia em Alfama

A visita de estudo, preparada na sala de aula, tem o seu cumprimento neste capítulo. Com base no Bloco II do programa escolar da disciplina de Estudo do Meio “é importante que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas (...) constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado (...) desenvolvimento de atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização.”⁸⁷ Depois da preparação com a mala pedagógica, os alunos terão contacto com a realidade fora do limite do espaço físico da sala de aula. Os conceitos abstractos que lhes foram apresentados terão agora tradução⁸⁸.

No caso específico desta visita, cumpre-se o objectivo final da Arqueologia, ou seja, a sua apresentação ao público. Como refere Paul Bahn com humor, “o objectivo último da arqueologia – se é que tem de ter algum sentido ou justificação – deve ser a comunicação dos seus achados, não apenas a estudantes e colegas, mas, acima de tudo, ao público, que geralmente foi quem tratou da conta do trabalho e pagou os salários.”⁸⁹.

São objectivos da visita que propomos:

⁸⁷ “Estudo do Meio”, in www.dgidec.min-edu.pt, p.110 [acedido em 28.Março.2010].

⁸⁸ Cf. MOURA, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987.

⁸⁹ BAHN, Paul, *Arqueologia. Uma breve introdução*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 105, p. 105.

- Dar a conhecer o trabalho do arqueólogo;
- Revelar ao público a importância da Arqueologia dentro do município;
- Perpetuar um trabalho que é, na maioria das vezes, preservado pelo registo⁹⁰;
- Realçar as integrações arqueológicas na dinâmica do espaço;
- Investir na Educação Patrimonial;
- Dinamizar a relação da Escola com a Cidade;
- Formar e qualificar novos públicos;
- Promover a zona de Alfama como potencial pólo cultural.

5. 1. Pontos da Visita

A Arqueologia não se presta a finais absolutos. As intervenções arqueológicas em Alfama são uma realidade dinâmica, sempre prontas a apresentar novos dados. A visita que aqui se propõe não pode ser alheia a esta realidade. Seria útil que, depois de toda a preparação que os alunos tiveram na sala de aula sobre o trabalho do arqueólogo pudessem ter contacto com o seu trabalho em campo. Neste trabalho já referimos Maria de Fátima Silvério Marques, quando diz que “ (...) este conceito de Escola não se pode limitar à sala de aula, é indispensável o contacto constante com o meio e com a realidade, o que torna as visitas de estudo um recurso pedagógico muito importante, pois elas, para além de constituírem uma verdadeira lição das coisas são uma forma de aperfeiçoamento e aquisição de instrumentos intelectuais (...) ”⁹¹. Subscrevemos a sua opinião e deixando-se a possibilidade dos alunos visitarem escavações arqueológicas em curso sempre que isso seja possível⁹². Esperamos, igualmente, que surjam mais integrações de vestígios arqueológicos em meio urbano. Por isso, os pontos de paragem da visita são um exemplo e devem ser alvo de constante estudo e reformulação, para que esta visita não se torne obsoleta.

⁹⁰ “Conservação pelo registo”, Lei nº107/2001, de 8 de Setembro, Artº 75º – 1.

⁹¹ MARQUES, Maria de Fátima Silvério, “Museu – Instrumento Pedagógico” in *A Escola vai ao Museu*. Actas do Colóquio APOM, Lisboa, APOM, 1987, p. 46.

⁹² As intervenções arqueológicas, principalmente aquelas que são realizadas em meio urbano, são locais, muitas, vezes inacessíveis. A possibilidade de visitar uma intervenção a decorrer deverá sempre ser estudada em cada visita pelo Serviço de Animação e Pedagogia e os arqueólogos intervenientes.

Os pontos de paragem escolhidos são:

1. Restaurante *Pátio de Alfama*, Rua de São João da Praça, nº 18, R/C e 1º piso.
2. Torre semi-circular da Muralha Tardo-Romana, Rua de São João da Praça.
3. WC público no Largo da Sé.

Como já aqui foi referido no Capítulo III – Caracterização do espaço, estamos num dos Bairros Históricos da cidade de Lisboa, com uma população bem definida. As características da população, das habitações, comércio e espaço público foram tidas em consideração na escolha do nosso percurso. A área que apresentamos conta com infra-estruturas de suporte a alunos e professores (comércio e restauração, bancos públicos, sanitários) para que os, já mencionados, momentos de descanso e descontração tenham lugar nesta visita⁹³.

A escolha destes três locais teve em consideração os bons acessos que dispõem. Tem sempre passeio para peões e não tem desníveis. Sendo uma área reservada a trânsito local não tem muito tráfego, mas dispõe de acessos para veículos de emergência, caso seja necessário.

Um dos objectivos deste trabalho de projecto é realçar integrações arqueológicas neste bairro de Lisboa no espaço que continua a viver o seu quotidiano. Para além das razões acima referidas, a nossa escolha incide sobre estes três por considerarmos – em nossa opinião pessoal – que são três bons exemplos do compromisso entre a Arqueologia e o Público. Gostamos ainda de salientar que um dos locais – Restaurante *Pátio de Alfama* – existe um bom entendimento entre os proprietários do espaço e os arqueólogos. Não sendo uma prática comum, valorizamos esta integração também por este entendimento entre público e privado.

A ordem dos três locais a visitar teve em consideração a cronologia dos espaços. Embora não seja um dos objectivos da visita a apreensão cronológica do percurso, as crianças da idade às quais têm “ (...) o pensamento está voltado para a aprendizagem concreta.⁹⁴”. Nos locais da visita “ (...) será através de situações diversificadas de

⁹³ Cf.: GALLINO, Maria João, LEITÃO, Maria da Luz, PALHAIS, Florbela, PIRES, Isabel Valente, *Da Criança ao Aluno. Um Itinerário Pedagógico. Ensinar é Investigar*, Instituto de Inovação Educacional. Coleção Movimentos Pedagógicos – 1, Fevereiro, 1993.

⁹⁴ “Estudo do Meio”, in www.dgidc.min-edu.pt, p. 101, [acedido em 24. Março. 2010].

aprendizagem que incluam o contacto directo com o meio envolvente, da realização de pequenas experiências reais (...) na comunidade (...) que os alunos irão apreendendo e integrando, progressivamente o significado dos conceitos.”⁹⁵.

5. 2. Percurso e Discurso

MAPA

⁹⁵ Idem, p. 102.

MAPA

Cada técnico que conduzirá a visita deverá levar consigo uma turma. Preferencialmente o grupo não deverá exceder os vinte e cinco alunos⁹⁶ mais acompanhantes (entre professores e auxiliares de acção educativa). Na visita de estudo estamos, muitas vezes ao ar livre, pelo que a comunicação poderá sofrer alguns distúrbios inerentes aos locais. Quanto mais pequeno for o grupo, maior a sua concentração e atenção à pessoa que os recebe e orienta⁹⁷.

O local onde os alunos serão recebidos e de onde vão partir para o Restaurante *Pátio de Alfama*, será o Largo da Sé. Para chegar a este ponto, alunos e acompanhantes poderão deslocar-se através de transporte escolar⁹⁸ ou de transportes públicos⁹⁹. No final, o grupo regressa ao ponto de partida.

A visita deverá durar, em média, uma hora e trinta minutos. Não podemos dar a duração total porque todos os grupos são diferentes: alguns poderão ter mais interesse num local em detrimento de outro – o que deve ser valorizado – ou poderão ter mais questões a colocar – o que deve ser estimulado. No entanto, pela nossa experiência e outros locais que consultámos¹⁰⁰, uma hora e trinta minutos é o tempo máximo que os alunos destas idades deverão despende numa visita orientada. Passado este tempo os

⁹⁶ Chegámos a este número tendo por base o limite aconselhável em diversas actividades propostas por serviços educativos de museus que consultámos: Museu da Cidade; Museu do Oriente; Museu de Serralves; Museu Nacional de Arqueologia.

⁹⁷ Cf.: GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para Professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002.

⁹⁸ Como é referido pelos professores que consultámos (ver entrevistas a Luís Gonçalves e Rita Leonardo em *Anexos*), o transporte escolar é uma das condicionantes para os alunos saírem em visita de estudo. É no Largo da Sé é o local que os transportes escolares e turísticos param para os ocupantes saírem.

⁹⁹ Não obstante os alunos deslocarem-se, na maior parte dos casos, em transporte escolar próprio, a visita poderá ter uma outra componente, promovida pela escola de onde vêm os alunos. Pela nossa experiência, verificámos casos em que os alunos se deslocam em transportes públicos pois isso faz parte dos conhecimentos/experiências que se querem transmitir às crianças. Com horários regulares o autocarro 37 e o eléctrico 28 param no Largo da Sé, www.carris.pt/pt/percursos-e-horarios/ [acedido em 28.Março.2010].

¹⁰⁰ Chegámos a este tempo tendo por base a oferta das visitas e actividades propostas por serviços educativos de museus que consultámos: Museu da Cidade; Museu do Oriente; Museu de Serralves; Museu Nacional de Arqueologia.

alunos perdem o entusiasmo e concentração iniciais, pois o cansaço é contraproducente¹⁰¹.

5. 2. 1 – Estruturação da Visita

Quando os alunos chegam ao Largo da Sé são recebidos pela pessoa que vai orientá-los no decorrer da visita. Para que haja uma maior interacção entre os três intervenientes deste processo – quem orienta, alunos e professores¹⁰² – o percurso da visita desenrolar-se-á através de frases e imagens para os alunos chegarem aos locais e objectos que se pretendem mostrar. Com a troca de opiniões entre todos para chegar a um consenso estimula-se igualmente o diálogo, valorizando atitudes de responsabilidade¹⁰³. Pela nossa experiência, os alunos desta idade aderem mais facilmente a um diálogo do que a uma explicação que parte somente de um interveniente.

1. Do Largo da Sé para o



Restaurante *Pátio de Alfama*.

Pista:

¹⁰¹ Cf.: GALLINO, Maria João, LEITÃO, Maria da Luz, PALHAIS, Florbela, PIRES, Isabel Valente, *Da Criança ao Aluno. Um Itinerário Pedagógico. Ensinar é Investigar*, Instituto de Inovação Educacional. Coleção Movimentos Pedagógicos – 1, Fevereiro, 1993.

¹⁰² Cf.: DUARTE, Ana, *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora, 1994; MOURA, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987, pp. 50-56.

¹⁰³ Cf.: “Estudo do Meio”, in www.dgicd.min-edu.pt, [acedido em 28.Março.2010].

Imagem V

Vista interior do Restaurante *Pátio de Alfama*.

Maria Inês Noivo

Dois a dois de mão dada/A rua têm de percorrer/Lá dentro, uma sala foi escavada/E agora é um sítio para comer!

Depois de ouvirem esta indicação, o grupo avança pela Rua de São João da Praça até chegar ao local pretendido, Restaurante *Pátio de Alfama*. Dentro do Restaurante os conteúdos transmitidos deverão incidir sobre os seguintes aspectos:

- Muralha (Cerca Velha).
 - Data de construção da primeira muralha (onde assenta a que está visível);
 - Para que se construía uma muralha à volta da Cidade;
 - A cidade estava dentro da muralha;
 - Dentro do restaurante está-se fora da cidade.
- Lixeira (século V).
 - Importância da lixeira para conhecer os hábitos alimentares e de objectos de uso quotidiano da cidade do século V;
 - Hábito de atirar o lixo para fora da cidade para o outro lado da muralha.
- Olive Jar (século XVI)
 - Transportava azeite vindo de Espanha;
 - Estes recipientes eram transportados em barcos;
 - Paralelo entre o transporte de azeite no século XVI e no século XXI.

2. Do Restaurante Pátio de Alfama para Torre semi-circular da Muralha Tardo-Romana, Rua de São João da Praça.

Pista:

Vamos entrar em Lisboa. A porta já não está lá; mas procura no chão a marca da muralha e da torre que vêes na imagem!

Depois de encontrarem o local pretendido os conteúdos transmitidos deverão incidir sobre os seguintes aspectos:



Imagem VI

Reconstituição da “porta de Alfama” em época romana tardia (séc. IV?), localizada na rua de S. João da Praça, Lisboa.

Carlos Loureiro, Museu da Cidade, CML

- Café Porta de Alfama.

- Localização da antiga Porta de Alfama¹⁰⁴.
 - Estrutura assinalada no pavimento.
 - Espessura da muralha (cerca de 5 metros);
 - Torre semi-circular que ladeava a porta.
3. Da Rua de São João da Praça para o WC público do Largo da Sé.

Pista:



Imagem VII

Vista da entrada das instalações sanitárias públicas no Largo da Sé.

Maria Inês Noivo

¹⁰⁴ Porta das Termas “ (...) *Bab al-Hamma*> Alfama, onde, junto a ela, jorravam as nascentes de água quente e fria que alimentavam as termas, que davam nome à porta.” REI, António, SIDARUS, Adel; “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes” in *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 38.



Imagem VIII

Reconstituição de uma habitação pré-terramoto, localizada no Largo da Sé, Lisboa.
Carlos Loureiro, Museu da Cidade, C.M.L.

Segue pelo caminho por onde vieste, sempre a direito. Vais estranhar, mas tens de descer as escadas que vês na primeira imagem para encontrar a casa que vais visitar!

Depois de encontrarem o local pretendido os conteúdos transmitidos deverão incidir sobre os seguintes aspectos:

- Estrutura da casa visível:
 - O que se vê na imagem e o que se vê no local.
 - Noção de que a cota da cidade antes do Terramoto de 1755 era mais baixa (poder-se-á dar como exemplo o nível da cidade actual e o nível da cidade pré-Terramoto em relação à Sé).
 - Noção de que hoje em dia caminhamos sobre os destroços do Terramoto e, por isso, a uma cota mais elevada.

Após a visita ao WC público do Largo da Sé a visita orientada está terminada. Dever-se-á perguntar a alunos e professores se estes têm dúvidas ou algo a acrescentar. Antes de irem embora entregar-se-á aos professores a imagem para os alunos trabalharem na escola¹⁰⁵.

5.3. Descrição sumária das intervenções arqueológicas.

¹⁰⁵ Ver 4.3.3 – Exploração da Visita de Estudo, no capítulo IV – Visita de Estudo.

As descrições que seguem compreendem a informação de carácter científico que, quem vai orientar a visita, deve possuir, embora o nível do discurso deva ser adequado ao público em questão.

- Restaurante *Pátio de Alfama* na Rua de São João da Praça, número 18, R/C e 1º piso¹⁰⁶.

A intervenção decorreu entre 5 de Novembro de 2006 e 19 de Janeiro de 2007, sob a responsabilidade da empresa ERA, Arqueologia. Com o conhecimento prévio de que este edifício estaria encostado ao troço Norte da Cerca Velha e a um cubelo da muralha¹⁰⁷ as sondagens (nove) tiveram como objectivo minorar o impacto de obras de construção de sapatas e remodelação de infra-estruturas de saneamento básico¹⁰⁸.

Os materiais arqueológicos recolhidos “inserem-se num vasto período cronológico (século II a XX) com uma grande variedade de formas (...)”¹⁰⁹. Para além desta recolha de materiais a intervenção foi ainda ao nível da picagem da parede da muralha que está visível dentro do Restaurante.

A integração da Muralha no Restaurante partiu de uma proposta dos arqueólogos do Museu da Cidade - o troço de Muralha ficaria visível, acompanhado de um texto informativo. Os proprietários mostraram-se receptivos a esta integração e sugerem um núcleo expositivo. É deste entendimento que surgem as exposições que se encontram na primeira sala do Restaurante. Os materiais visíveis são provenientes da intervenção dentro do *Pátio de Alfama* e da área envolvente (intervenções na Rua da Judiaria e na Rua de São João da Praça)¹¹⁰. Pela exposição dos materiais no Restaurante, foi

¹⁰⁶ Para além do relatório de escavação da empresa ERA, foram de igual importância as informações, gentilmente, cedidas pelos arqueólogos Manuela Leitão e Vasco Leitão, S.A.M.C., que também participaram neste projecto. Foram estes arqueólogos do S.A.M.C que, em 2007, abriram a sondagem no pátio à porta do restaurante (comum a todos os prédios). Recolheu-se mais informação: atingiu-se o nível da Idade do Ferro, séculos VI e VII a. C. A sondagem não era grande mas era bastante profunda. Não ficou nada visível depois da intervenção.

¹⁰⁷ Cf.: ERA – Arqueologia, S. A. (2007), Relatório dos trabalhos arqueológicos | Sondagens arqueológicas na Rua S. João da Praça, nº 18 | Projecto nº 555.06, p. 5

¹⁰⁸ “A área intervencionada insere-se na zona arqueológica de nível 1 do PDM (Plano Director Municipal) da cidade de Lisboa.” Ibidem; www.pdm.cm-lisboa.pt [acedido em 26.Março.2010]

¹⁰⁹ Idem, p. 33. O relatório acrescenta: “ (...) o que leva a sugerir uma proposta de investigação futura do espólio arqueológico.” Ibidem

Não obstante a intervenção ter sido realizada por uma empresa privada, os materiais arqueológicos foram entregues ao Museu da Cidade.

¹¹⁰ Os arqueólogos, já citados, Manuela Leitão e Vasco Leitão, primeiros intervenientes deste projecto. Não obstante o trabalho de integração da Muralha foi realizado pela ERA, Arqueologia. Paralelamente, os

estabelecido um protocolo entre a C.M.L. e o *Pátio de Alfama*. Uma das condições deste protocolo é que todas as pessoas que queiram entrar para visitar o Restaurante o possam fazer, independentemente de serem ou não clientes.

- Torre semi-circular da Muralha Tardo-Romana, Rua de São João da Praça¹¹¹.

A intervenção – com carácter de emergência¹¹² – dá-se em 2001, coordenada pelo Museu da Cidade, na sequência de obras de remodelação de infra-estruturas de saneamento para a substituição de condutas, no âmbito do projecto de salvaguarda do Chafariz d’el Rei e área envolvente (sob a tutela da antiga Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana).

Nesta intervenção detecta-se, pela segunda vez em Lisboa¹¹³, um troço da Muralha Tardo-Romana (Baixo Império, entre os séculos III e V) articulada com o arranque de uma torre semi-circular. A face interna e externa desta estrutura é constituída por blocos de calcário aparelhados, dispostos em fiadas, sendo o seu enchimento feito com uma mistura de pedras irregulares e argamassa (*opus caementitium*). Este conjunto apresenta uma espessura total de cerca de 5 metros, dimensão compatível com as construções defensivas deste período. Contígua a esta torre, existiria, muito provavelmente, uma porta, identificada em período islâmico (século XI) como Porta de Alfama (*Bâb al-Hamma* / Porta dos Banhos).

Não sendo possível deixar a estrutura visível, opta-se pela marcação da planta da estrutura no pavimento, permitindo a leitura do seu traçado e dimensão. O desenho no

textos e os objectos, bem como a sua manutenção, visíveis no espaço são da responsabilidade do Museu da Cidade.

¹¹¹ Esta intervenção não tem relatório. Todas as informações aqui apresentadas foram, gentilmente, cedidas pelos arqueólogos Manuela Leitão e Vasco Leitão, S. A. M. C.

¹¹² Decreto Lei 270/99 “Regulamento de Trabalhos Arqueológicos” Art.º 3, 1, d), “ (...) acções de emergência a realizar em sítios arqueológicos que, por efeitos de acção humana ou acção natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total, ou acções pontuais determinadas pelas necessidades de conservação de sítios ou monumentos valorizados.” www.museudacidade.pt [acedido em 27. Março. 2010]

¹¹³ A primeira vez que se detectou um troço da muralha Tardo-Romana em Lisboa foi entre 1981 e 1982, na Casa dos Bicos, Rua da Alfândega. Cf.: DUARTE, Ana Luísa, AMARO, Clementino, “Casa dos Bicos – a Cidade e a Arqueologia”, in *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/ Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, pp. 143-155.

pavimento do troço da muralha corresponde à primeira iniciativa do género por parte da Câmara Municipal de Lisboa, feita com os materiais de construção então disponíveis¹¹⁴.

- WC público no Largo da Sé¹¹⁵.

A intervenção ocorreu em 1994 com carácter de prevenção, pois iriam ser edificados no local os sanitários públicos da responsabilidade da Junta de Freguesia da Sé.

A primeira fase dos trabalhos correspondeu à remoção do pavimento em calçada e dos restantes terrenos, tendo sido encontrado o início dos vestígios seiscentistas e setecentistas. Encontrou-se junto a estruturas de alvenaria, cujos rebocos pareciam ter sido sofrido a acção do fogo, inúmeros fragmentos de cerâmica queimada e madeira carbonizada. Estes achados remetiam para um contexto que se deveria relacionar com o Terramoto de 1755.

Foram identificadas técnicas construtivas já observadas em estruturas semelhantes de igual cronologia¹¹⁶, como sendo a utilização de traves de madeira colocadas ao longo das paredes, com o objectivo de tornar as estruturas mais leves.

Uma das paredes identificadas encontrava-se em bom estado de conservação, pelo que surgiu a ideia de preservar a estrutura e integrá-la na nova construção. Foi criada uma parede a Norte da estrutura arqueológica que a isolou do exterior e, simultaneamente, isolou o espaço dos sanitários que iriam ser construídos a Sul¹¹⁷.

A segunda fase dos trabalhos correspondeu a uma escavação integral da área. Esta intervenção, mais alargada, permitiu identificar a parede como a fachada principal de uma habitação, construída entre a segunda metade do século XVI e os inícios do

¹¹⁴ O S.A.M.C. está a intervir neste local, no âmbito do “Projecto Integrado de Estudo e Valorização da «Cerca Velha» de Lisboa” (www.museudacidade.pt [acedido em 26.Março.2010]). A sinalização no pavimento vai ser refeita e levará um painel informativo. Estas informações foram, gentilmente, cedidas por Manuela Leitão e por Vasco Leitão, S.A.M.C.

¹¹⁵ As informações sobre este local foram gentilmente cedidas por Lídia Fernandes (S.A.M.C) co-responsável nas duas fases desta intervenção em representação do Museu da Cidade. Na primeira fase participaram também Ana Vale, Armando Sabrosa e José Luís Monteiro (técnicos do I.P.P.A.R.), sob a coordenação do então Chefe de Divisão do I.P.P.A.R., Clementino Amaro. Na segunda fase participaram apenas Lídia Fernandes e Ana Vale.

Nem o IGESPAR, nem o Museu da Cidade possuem relatório de escavação.

¹¹⁶ Esta técnica foi identificada em várias intervenções na cidade de Lisboa o que permite aos arqueólogos concluir que era um recurso amplamente utilizado pelos mestres pedreiros da altura.

¹¹⁷ A designação técnica desta parede é “muro de Berlim” – uma parede construída com calda de cimento que se liga à estrutura de alvenaria antiga.

século XVII, e a sua destruição com o Terramoto de 1755. Na parte superior da parede, originalmente pintada a branco, observaram-se algumas concavidades dos barrotes do piso superior (do qual nada restou). Nesta fachada abre-se a entrada principal, um grande vão que – possivelmente – teria tido duas portas (não conservadas), com ombreiras talhadas em pedra de lióz e decoradas, na parte inferior, com um losango em relevo (motivo muito utilizado no século XVII). Um pouco para nascente abre-se uma janela, à qual se acederia por uma escada com apenas três degraus. Pensa-se que esta janela estaria protegida por um gradeamento, pois as ombreiras da janela apresentavam pequenas concavidades circulares na parte inferior e superior.

Os actuais vestígios que se podem observar no local, poderão corresponder a um compartimento do interior desta habitação ou à sua largura total. De forma a ilustrar a dimensão do cataclismo que assolou Lisboa em 1755, foram mantidos os entulhos que preencheram, até à data da intervenção arqueológica, no vão da porta.

Estas estruturas permitem-nos, igualmente, vislumbrar como seria uma casa lisboeta entre cerca de 1600 – 1700: dois pisos, grades nas janelas do piso inferior, pavimento em seixo rolado (revestimento do piso encontrado).

Do que foi descoberto na altura, destaca-se o que está visível: a entrada de uma casa com, pelo menos, dois andares (as estruturas do 1º andar não chegaram até nós mas é possível ver o nível superior). Os materiais encontrados na área circundante bem como as características construtivas deste edifício levam a datá-lo do século XVII, tendo sido destruído com o Terramoto de 1755.

Conclusões

Todo o projecto exposto foi fruto das nossas pesquisas e experiências, que se traduziram em aprendizagens. Estas aprendizagens alertam-nos para o facto da palavra “conclusão”, neste trabalho, poder cobrir-se de pretensiosismo.

A Arqueologia enquanto ciência não se presta a finais absolutos, pelo que não poderíamos colocar um ponto final neste trabalho. A Arqueologia em Lisboa é uma realidade dinâmica, sempre pronta a adquirir novos dados.

Para se dar a conhecer ao público o trabalho arqueológico presta-se a enormes obstáculos de comunicação. Os Serviços Educativos das várias entidades competentes, têm traçado caminho para aproximar as duas realidades: público e arqueologia. Há, no entanto, muito a fazer.

Este projecto foi delineado para um público específico, de uma faixa etária demarcada. As linhas orientadoras avançadas cingiram-se a este público e aos seus intermediários. Por um lado um grupo com condicionantes; por outro lado um público por quem é fácil apaixonar-nos comunicar e transmitir o saber.

No entanto, um dos objectivos deste trabalho foi abrir caminho para que mais se possa fazer. Pretende-se que este seja um contributo para que os intervenientes deste processo possam aumentar a divulgação da Arqueologia Urbana a um maior número de públicos, valorizando a importância do património arqueológico em meio local¹¹⁸.

¹¹⁸ Cf.: BALLESTER, José Maria (dir.) – *The Council of Europe and Cultural Heritage 1954-2000*, Strasbourg, Conselho da Europa, Cultural Heritage, 2001, pp. 338-340.

Bibliografia

Geral

- AAVV, *Estudo do Meio 3*, Porto, Areal Editores, 2007
- AAVV, *Estudo do Meio 4*, Porto, Areal Editores, 2009
- BAHN, Paul G., *Arqueologia. O Guia Essencial*, Paço de Arcos, Artemágica Editores, 2005
- BAHN, Paul, *Arqueologia. Uma breve introdução*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 105
- BRAY, Warwick, TRUMP, David, "Archaeology" in *The Penguin Dictionary of Archaeology*, London, Penguin Books, 1982, p. 21
- COSTA, Pedro, "Públicos da Cultura, Redes e Território: algumas reflexões sobre a sustentabilidade de um bairro cultural", in *Públicos da Cultura*, Rui Telmo Gomes (coord. técnica), Lisboa – Observatório das Actividades Culturais, Maio 2004
- ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1977
- GIL, Amalia Pérez-Juez, *Gestión del Patrimonio Arqueológico. El Yacimiento como recurso turístico*, Barcelona, Ariel, 2006
- GLACC – Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo, Lisboa, CML – DMRU – GLACC, Agosto de 1996.
- RAMALHO, Maria, "O arqueólogo, o público, o passado e os seus amantes" in *Al-madan*, II série, nº3, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 56-57
- SILVA, Cristina Santos – *Famílias de Alfama. Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001

Arqueologia Urbana

- AAVV, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/ Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986
- AAVV, *Vivir las Ciudades Históricas- Coloquio Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas, 10 años de investigación*, Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 1996
- AAVV, *Urban Archaeology in Europe*, Conselho da Europa, Bruxelas, 2001
- AAVV, *3º Encontro de Arqueologia Urbana (Almada, 1997)*, Câmara Municipal de Almada/ Departamento de Acção Sociocultural/ Divisão de Museus, Col. *Monografias-Arqueologia*, Almada, 2002
- FABIÃO, Carlos, “Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, in *Penélope – Fazer e desfazer a História*, n.º 13, 1994, pp. 147-162
- LEMOS, Francisco de Sande; MARTINS, Manuela, “A Arqueologia Urbana em Portugal”, in *Penélope- Fazer e desfazer a História*, n.º 7, 1992, pp. 93-103
- LEMOS, Francisco de Sande, "Os Caminhos da Arqueologia Urbana em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio", in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8, Porto, ADECAP, 2000, pp. 22-36
- LEMOS, Francisco de Sande, "Arqueologia Urbana em Portugal. A Cidade, o Poder e o Conhecimento", in *Arqueologia 2000- Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal (Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Junho de 2000)*, *Arqueologia e História*, vol.54, Lisboa, 2002, pp. 245-253
- LEMOS, Francisco de Sande, “A Lei e a Arqueologia Urbana”, in *Praxis Arqueológica*, vol. 1, 2006, pp. 15-21
- LEMOS, Francisco de Sande, “O Conceito de Arqueologia Urbana”, in *Colecção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana.*, Lisboa, URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, pp. 95-103
- MARTINS, Manuela, “A Gestão da Arqueologia Urbana: realidades, problemas e desafios”, *Arkeos*, n.º1, 1997, pp. 91-112
- SILVA, António Manuel, “A Memória Imposta”, in *Colecção Fórum. Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia*

Urbana., Lisboa, URBE – Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, vol. 10, 2005, pp. 85-93

História e Arqueologia de Lisboa

- AAVV, *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Lisboa '94/ Electa, 1994
- BUGALHÃO, Jacinta – "Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança" in *Era Arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, nº8, Fevereiro 2008
- ANDRADE, F. Martins de Andrade, *Memória acerca d'uns restos de thermas romanas existentes em Lisboa, 1º volume* - BNL/Reservados, Cod. 8468
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga – Bairros Orientais* (2ª Ed.), vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935
- GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, SEQUEIRA, Maria José, SILVA, Rodrigo Banha da, "Arqueologia Urbana em Lisboa?", in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8, Porto, ADECAP, 1997, pp. 55-74
- MOITA, Irisalva, *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994
- RIBEIRO, José Cardim, "Felicitas Iulia Olisipo" in *Al-madan*, II série, nº3, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.
- SILVA, A. Vieira da, *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a história da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944
- SILVA, A. Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987
- SILVA, Rodrigo Banha da – "Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha", in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999;
- SILVA, Rodrigo Banha da – "As concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa", in *Actas das Sessões do III Colóquio Temático «Lisboa- Utopias na viragem do milénio Ribeirinha» (Forum Roma, 30 de Junho a 2 de Julho de 1999)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 2000

Museu da Cidade

- AMARAL, João Eloy Ferreira do (dir.), *Congresso Nacional Municipalista de 1922 – preliminares, teses, actas das sessões; congressos provinciais; documentos e apreciações da imprensa*, Lisboa, Oficinas Gráficas d’O Rebate, 1923.
- *Guia do Museu da Cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942.
- INÁCIO, Cláudia, *Os Museus de Cidade em Portugal. O Museu da Cidade de Lisboa – estudo de caso*. Universidade de Évora, Departamento de História, Junho 2002.
- LEITÃO, Manuela – "Museu da Cidade na Arqueologia de Lisboa" in *Al madan. Arqueologia Património e História Local*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, II série, nº3, Julho 1994.
- MARQUES, A.A., MURALHA, J., FERNANDES, L., LEITÃO, M., CARVALHINHOS, M. e SILVA, R.B., "Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade de Lisboa – escavações e projectos de intervenção", in *Almadan*, II Série, vol. 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1999

Museus e Educação

- AAVV, *A escola vai ao Museu*, Actas do Colóquio APOM, Lisboa, APOM, 1987
- AAVV, *Encontro Museus e Educação. Actas 10/11 Setembro 2001*. Centro Cultural de Belém, Lisboa, IMC, 2002
- APOLINÁRIO, Ana Isabel Vieira, *Serviços educativos em Museus de Arqueologia – que características e que perspectivas?* Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História. Lisboa 2004
- BARRIGA, Sara, SILVA, Susana Gomes da (coord.), *Serviços Educativos na Cultura*, Porto, Setepés, 2007
- CAMPOS, José António de Freitas, *Escolas e Museus “Parceiros na Educação”*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa, EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem, Março 2004.

- CAVACO, Maria Helena, *Investigar para Aprender. Trabalho de Campo*, Lisboa, Ministério da Educação, 1995
- CUSTÓDIO, Jorge, “Educação Patrimonial” in *Centros Históricos*, Mirandela, Jortejo, nº 4, II série, Julho/Setembro 2000, pp. 10-11
- DUARTE, Ana, *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora, 1994
- DUARTE, Ana “Novos Conceitos de Museu e Património” in *A Cidade. Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 515-520
- GALLINO, Maria João, LEITÃO, Maria da Luz, PALHAIS, Florbela, PIRES, Isabel Valente, *Da Criança ao Aluno. Um Itinerário Pedagógico. Ensinar é Investigar*, Instituto de Inovação Educacional. Coleção Movimentos Pedagógicos – 1, Fevereiro, 1993
- GIL, F. Bragança, LOURENÇO, C. Marta, “Que ganhamos hoje em levar os nossos alunos a um museu”, in *Comunicar Ciência*, nº3, Setembro/Outubro 1999, pp. 4-5
- GUEDES, Carmina Correia, MORENO, João, *Guião para professores. “A Escola vai ao Museu”*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002
- HORTA, M^a de Lourdes Parreiras, “Fundamentos da Educação Patrimonial” in *Ciências e Letras*, Porto Alegre, Junho 2000, nº 27, pp. 25-35
- LEITE, Elvira, VICTORINO, Sofia, *Serralves. Projectos com Escolas*, Porto, Fundação de Serralves
- MARTINS, Manuela, “A Gestão da Arqueologia Urbana: realidades, problemas e desafios”, *Arkeos*, n.º1, 1997, pp. 91-112
- MATOS, Maria Filipa Barreiro Alves de, *Why going to a Museum? Motivations and Lifestyle of Museums Visitors and Non-Visitors*, Universidade técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Março 2009
- MOURO, Mário, “Como organizar uma visita de estudo?” in *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre, nº1, 1987, pp. 50-56

- PEREIRA, Fernando António Baptista Pereira, “O Museu do Oriente. O Conceito, o Programa e as principais Colecções” in *Museu do Oriente, Lisboa*, Fondation BNP PARIBAS, Fundação Oriente, pp. 19-46
- PINTO, Manuel Campos, *Guia prático da turma viajante*, Porto, ASA, Março 2001
- RODRIGUES, Leopoldo Martins, *A educação patrimonial no ensino básico: um estudo com professores da área de Estudo do Meio e das disciplinas de História e Geografia de Portugal e de História*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, OLEIRO, Manuel Bairrão (ccord.), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, OAC, IMC/RPM, Lisboa, 2005
- TELMO, Isabel Cottinelli, *O Património e a Escola: do Passado ao Futuro*, Lisboa, Texto Editora, 1991

Sítios na Internet

- www.carris.pt
- www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Archaeolgoy_brochure_EN.pdf
- www.dgidec.min-edu.pt
- www.museudacidade.pt
- www.museumoflondon.org.uk/English/Learning/
- www.pdm.cm-lisboa.pt
- www.vam.ac.uk/school_stdnts/index.html

Relatórios

- ERA – Arqueologia, S. A. (2007), Relatório dos trabalhos arqueológicos | Sondagens arqueológicas na Rua S. João da Praça, nº 18 | Projecto nº 555.06

Legislação

- Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, Artº 75º – 1